

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 11ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada à entrega ao Sr. Jorge Rebelo de Almeida, fundador e presidente do Grupo Vila Galé, do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais

1.2 – Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 – ERRATAS

ATAS

ATA DA 11ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/5/2025

Presidência do Deputado Tadeu Leite

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino de Portugal e do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Mauro Tramonte – Entrega de Título – Palavras do Sr. Jorge Rebelo de Almeida – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Tadeu Leite – Mauro Tramonte – Ricardo Campos.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Às 19 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

A locutora – Destina-se esta reunião à entrega ao Sr. Jorge Rebelo de Almeida, fundador e presidente do Grupo Vila Galé, do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido a requerimento do deputado Mauro Tramonte, nos termos do art. 62 da Constituição do Estado.

Composição da Mesa

A locutora – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Jorge Rebelo de Almeida, fundador e presidente do Grupo Vila Galé; Luís Faro Ramos, embaixador de Portugal no Brasil; procurador de Justiça Marco Antônio Borges, subcorregedor-geral do Ministério Público, representando o Ministério Público de Minas Gerais; Leônidas José de Oliveira, secretário de Estado de Cultura e Turismo; Angelo Oswaldo, prefeito municipal de Ouro Preto e presidente da Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais; Marcelo de Souza e Silva, presidente do Sebrae Minas e da CDL-BH; e deputado Mauro Tramonte, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

A locutora – Gostaríamos de agradecer e registrar a presença do Exmo. Sr. Miguel Jeronimo, presidente da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil; do Sr. Antônio Claret, presidente da Abrajat em Minas Gerais; do Sr. Cristiano Alckmin, assessor da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; do Sr. Eurico de Matos, cônsul de Portugal em Belo Horizonte; da Ten.-Cel PM Mirlir Cunha, assessora de Relações Institucionais da Polícia Militar, representando a Polícia Militar; do delegado de polícia Guilherme da Costa Oliveira Santos, coordenador da Delegacia de Eventos e Proteção ao Turista da Polícia Civil de Minas Gerais, representando o chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; do Sr. Francisco Antônio Pontello, presidente da Associação dos Membros do Corpo Consular no Estado de Minas Gerais; da ex-deputada Maria Elvira; do Sr. Wagner Espanha, diretor comercial e de *marketing* da Record TV; e da Sra. Flávia Araújo Badaró, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Minas Gerais; e do Sr. Marcelo da Cruz Trigueiro, juiz titular da 2ª Vara Tributária Estadual do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Agradecemos aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino de Portugal e do Hino Nacional

A locutora – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional de Portugal e, em seguida, ouvir o Hino Nacional brasileiro, que será executado pelo dueto composto pelos Sgts. Magnus, no saxofone, e Hector, no teclado.

– Procede-se à execução do Hino de Portugal e do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

A locutora – Neste momento, assistiremos a um vídeo sobre o Sr. Jorge Rebelo de Almeida, fundador e presidente do Grupo Vila Galé.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Mauro Tramonte

Boa noite a todos. Sejam muito bem-vindos a esta Casa do povo. Gostaria, neste momento, de destacar a presença dos integrantes da nossa Mesa: Exmo. Sr. Deputado Tadeu Leite, presidente da Assembleia, que conduz esta Casa com todo carinho, respeito e muita responsabilidade – o nosso presidente já fez história nos anais desta Casa, onde está registrado o seu trabalho, a sua dedicação e principalmente o seu carinho e a sua atenção com todos os deputados e também com todo o povo mineiro; Sr. Jorge Rebelo de Almeida, fundador e presidente do Grupo Vila Galé, nosso homenageado – seja bem-vindo; Exmo. Sr. Luís Faro Ramos, embaixador de Portugal no Brasil – obrigado pela presença; Exmo. Sr. Procurador de Justiça Marco Antônio Borges, subcorregedor-geral do Ministério Público de Minas Gerais, representando o Ministério Público de Minas Gerais – muito obrigado, doutor; Exmo. Sr. Leônidas José de Oliveira – meu amigo –, secretário de Estado de Cultura e Turismo; Exmo. Sr. Angelo Oswaldo, prefeito de Ouro Preto e presidente da Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais – um grande abraço; Sr. Marcelo de Souza e Silva, presidente do Sebrae Minas e da CDL-BH, que sempre está presente, prestigiando todos os nossos eventos – muito obrigado pelo carinho.

Senhoras e senhores, autoridades, representantes de entidades, boa noite! É com muita honra que venho aqui, hoje.

Quero registrar a presença também da nossa Abrajat, por meio do nosso amigo Claret, coautor do projeto.

Hoje é um dia muito especial para o nosso estado, pois recebemos um cidadão ilustre de Portugal em nossa Minas Gerais. Com o seu olhar valoroso, ele escolheu esta terra para fazer parte da sua trajetória inspiradora e com isso abraçou toda a nossa história, cultura e mineiridade – palavra que o Leônidas adora.

Empreendedor dedicado e visionário, que carrega em si a alma de um bom mineiro, Jorge Rebelo de Almeida, nascido em Lisboa, formou-se em direito, iniciou a sua carreira como advogado, atuando especialmente nas áreas de construção, turismo e grandes projetos. Foi dessa vivência que nasceu, em 1986, o impulso para criar o que viria a ser um dos maiores grupos hoteleiros do mundo, que é o Vila Galé. Desde a abertura da primeira unidade em Portugal, na Praia da Galé, em 1988, até a expansão internacional para o Brasil, Jorge consolidou-se no mercado. Mais do que erguer hotéis, ele transformou cidades, reabilitou patrimônios históricos, capacitou equipes locais e promoveu a geração de emprego e renda.

Com um olhar humanizado, Jorge Rebelo, além de representar um dos maiores grupos hoteleiros, ainda investe na formação de muitos brasileiros que têm as primeiras oportunidades de emprego em seus hotéis, firmando sua contribuição social por onde passa, pois, conforme suas palavras “a hotelaria é um negócio feito de pessoas para pessoas”, isso só funciona quando há respeito e compromisso.

Senhoras e senhores, esta não é apenas uma homenagem protocolar, mas, acima de tudo, uma maneira oficial de dizer: “Seja bem-vindo a Minas Gerais, de coração, de alma e, agora, de direito”.

Como presidente da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia deste Parlamento – e quero agradecer também ao nosso presidente, que assinou a autorização para que essa comissão continuasse neste ano e, se Deus quiser, no ano que vem –, eu também não poderia deixar de reconhecer a grandeza desse ilustre cidadão, que hoje representa todas as pessoas que, como eu, acreditam que o turismo é um dos grandes motores de desenvolvimento, geração de emprego, renda e transformação social.

Ao longo da sua vida empresarial, Jorge Rebelo já revitalizou dezenas de edifícios com valor patrimonial, tanto em Portugal como no Brasil. E, em Minas, escolheu o Colégio Dom Bosco, de Ouro Preto, restaurando toda história daquele local, onde por décadas ficou instalado o 1º Quartel do Regimento de Cavalaria de Minas Gerais, em 1779, e a Coudelaria Imperial, e com o advento da República, foi testemunho de momentos importantes, como a Inconfidência Mineira, em 1789, e a visita de dois imperadores – D. Pedro I e D. Pedro II –, dentre outros fatos históricos que relevam a essência de nossa Minas Gerais.

A presença do Grupo Vila Galé em nosso estado representa uma valorização das nossas potencialidades e uma aposta no futuro do turismo mineiro, especialmente no fortalecimento de destinos que carregam consigo um legado de história e cultura, como é o caso da grande cidade de Ouro Preto, Patrimônio Mundial da Humanidade, lugar que representa a essência da nossa identidade e que é um verdadeiro símbolo da força da independência mineira registrada em nossa bandeira que exala a história da nossa gente. Minas é um destino único, de belezas naturais, de gastronomia rica, de hospitalidade sem igual, mas que também precisa de visão estratégica, de quem aposta e colabora com o nosso futuro. Por isso, Jorge, manifesto a minha mais profunda gratidão pelo seu olhar para a nossa terra.

Palavras de Fernando Sabino: “Ser mineiro é cultivar as letras e artes, é ser poeta e literato, é gostar de política, é amar a liberdade, é viver nas montanhas, é ter a vida interior. Ser mineiro é ter simplicidade e pureza, humildade e modéstia, coragem e bravura, fidalguia e elegância. Ser mineiro é dizer ‘uai’, é ser diferente, é ter marca registrada, é ter história”. Dito isso, tenho a certeza de que quem conhece Sr. Jorge Rebelo identifica nele as qualidades de um bom mineiro, que carrega em sua história a bravura e a coragem, o respeito às pessoas, à cultura e à arte, e, com elegância e simplicidade, deixa sua marca registrada por onde anda e nos inspira.

Parabéns, Jorge Rebelo de Almeida. E, mais uma vez, seja muito bem-vindo, agora cidadão das nossas Minas Gerais. Obrigado e parabéns!

Entrega de Título

A locutora – O deputado Tadeu Leite, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e o deputado Mauro Tramonte farão a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Jorge Rebelo de Almeida, fundador e presidente do Grupo Vila Galé. A placa contém os seguintes dizeres: “Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 62 da Constituição do Estado e atendendo ao requerimento de autoria do deputado Mauro Tramonte e à Resolução nº 5.628, de 28/8/2024, concede ao Sr. Jorge Rebelo de Almeida, diretor do Grupo Vila Galé, o título de Cidadão Honorário do Estado pelos relevantes serviços prestados a Minas Gerais.”.

– Procede-se à entrega do título.

Palavras do Sr. Jorge Rebelo de Almeida

Muito boa noite a todos. Eu não gosto muito de protocolo, mas hoje tem que ser assim mesmo, não é? Até me deram aqui uma ajuda.

Exmo. Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Leite; Exmo. Deputado Mauro Tramonte, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Exmo. Embaixador de Portugal no Brasil, Luís Faro Ramos; Exmo. Procurador de Justiça Marco Antônio Borges, subcorregedor-geral do Ministério Público de Minas Gerais, representando o Ministério Público de Minas Gerais; secretário de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, Leônidas José de Oliveira; prefeito de Ouro Preto e presidente da Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais, Angelo Oswaldo; presidente do Sebrae-Minas e da CDL-BH, Marcelo de Souza e Silva. É um prazer enorme estar aqui hoje com os senhores. Eu estou um bocadinho sem fala, porque peguei muito pó na obra e caminhei muito ali com o meu amigo Marcelo Tostes, que me deu o prazer de me acompanhar nessa luta para acabar uma obra, o que é sempre um desafio grande.

Eu quero dizer que é muito agradável receber este reconhecimento, mas devo dizer ainda que o maior prazer que nós temos é o de fazer as coisas. Somos uma empresa que vai fazer um dia desses 40 anos de vida, com bastante imagem, com prestígio, com duas coisas que eu acho que são muito importantes nas empresas. Hoje, para ser boa, não basta a empresa ter *performance* econômica e financeira boa, o que nós temos felizmente. Mas é também importante que seja uma empresa que tenha responsabilidade social, que seja solidária e que desenvolva projetos que tenham interesse no local onde se insere. E nós procuramos ter isso tudo. No nosso caso, procuramos, ao longo desses anos todos, ter um prazer redobrado em fazer hotéis que tenham qualidade e recuperar o patrimônio histórico. O Vila Galé, próximo de seus 40 anos de existência, já recuperou mais de 18 edifícios históricos, o que nos dá um prazer redobrado. Eu acho que todos nós temos a obrigação de fazer isso nos nossos países ou nos países estrangeiros. Temos feito recuperação de patrimônio não só em Portugal mas também aqui, no Brasil. Já recuperamos vários edifícios.

Neste momento, temos outros projetos em curso no Brasil: no Maranhão, em Belém do Pará, em Coruripe. Temos muito mais projetos ainda para fazer no Brasil, onde já temos 12 projetos. Somos hoje a principal rede de *resorts* no Brasil, que é uma das áreas que nos dá muito prazer. Nós somos uma empresa que aposta. O que fizemos, desde muitos anos, foi apostar em hotéis para famílias, para crianças, com muita animação. É evidente que temos outros setores, temos hotéis de cidade, mas o nosso grande prazer é, de fato mesmo, a animação, a diversão, grandes *resorts* de praia. Esse vai ser um *resort* de campo. Não é o primeiro, já temos um em Portugal, no Alentejo, que é o Vila Galé Clube de Campo, onde temos três hotéis, um deles para crianças exclusivamente, que é o Galé Nep Kids, que foi talvez uma das obras que mais prazer me deu na vida ao imaginar aquilo.

Eu tive cinco filhos, tenho sete netos, ainda não parei para aqui. Espero que os meus filhos me deem mais uns netos. Alguns já estão retirantes. O meu filho Gonçalo hoje está aqui comigo. Ele já tem três. A minha filha Joana já tem quatro. E ainda tenho outros filhos com potencial produtivo grande. Espero que me venham a dar mais algumas alegrias.

Eu acho que, no mundo em que se vive hoje, o turismo talvez seja... Num mundo beligerante como o de hoje, incomoda vermos que, numa situação em que se está em polvorosa, muitas vezes não há uma voz que apregoe paz e que diga: sim, queremos a paz. Devíamos pregar a paz, devíamos promover a paz e não falar, como tanto se fala, em reforçar a defesa, em reforçar a guerra. Não devíamos fazer isso. O mundo hoje está a atravessar uma fase tão complicada, tão litigante, tão difícil, e o turismo, deixem-me que eu diga, é seguramente uma daquelas atividades económicas que, para além de gerar riqueza e desenvolvimento, gera bem-estar social para o povo.

Nós, aqui no Brasil, temos feito muito isso, temos desenvolvido projetos em regiões onde havia uma juventude enorme, com um potencial grande, e que não tinha oportunidades de vida, não tinha nenhuma oportunidade. Nós viemos oferecer-lhe uma carreira, a possibilidade não só de ter um emprego transitório, precário, acidental; não, nós lhe oferecemos formação. Nós, quando abrimos um hotel, procuramos não só dar formação àqueles que vamos empregar; buscamos dar uma formação alargada, para que alguns possam trabalhar em outras atividades. Nós, naturalmente, vamos procurar, inteligentemente, escolher os melhores para ficarem conosco, entre aqueles que vamos formar, mas vamos também formar gente que vai trabalhar nos setores em geral.

Agora, se há um país no mundo, entre os que eu conheço, que tem um potencial turístico incrível, esse país é o Brasil, mas o Brasil, como é um país que tem muita riqueza, que tem minas, que tem petróleo e tem agronegócio, não tem dado ao turismo a atenção que ele merece, e o turismo é uma atividade que tem o potencial de criar desenvolvimento social para as pessoas. As pessoas que trabalham na hotelaria evoluem socialmente muito rapidamente em razão dos contatos que têm. Imaginem um hotel nosso. Nós temos hotéis com 500, com 600 quartos, em áreas muito grandes. Não são hotéis apertados, não. Pelo contrário, são hotéis em que ninguém se sente sequer... O hotel é muito grande.

Mas são os nossos colaboradores que ajudam a fazer do Vila Galé uma grande empresa. A primeira regra de uma empresa, para ser grande, é que ela tem que dar dignidade ao seu pessoal. Ela deve ter consciência de que, numa atividade de serviços, ela pode fazer o hotel mais maravilhoso do mundo, com as instalações mais perfeitas, mas, se não tiver uma equipe profissional boa, o hotel não valerá nada, porque num hotel, o maior componente da prestação de serviços é de pessoas para pessoas. Por isso é muito importante que tenhamos muita atenção em dar dignidade ao nosso pessoal, oferecendo-lhe uma carreira, oferecendo-lhe, acima de tudo, dignidade, atenção, relevância e importância. São esses os valores que nós procuramos criar e dar às pessoas no Vila Galé.

Hoje me sinto muito, como dizem, vaidoso. Sei lá, vamos nos lembrar, de repente, de quando inauguramos um hotel em Alagoas, nós o construímos numa altura... Eu fui o criador das novas fardas do Vila Galé. Deu-me imenso prazer estar a desenhar as novas... Eu não tenho jeito para desenho, mas sei passar a limpo, com alguma imaginação que tenho, não só os projetos de arquitetura e expressão, como também as fardas do próprio pessoal. Se vocês vissem o prazer que o nosso pessoal teve na festa de inauguração do hotel com o governador que estava de saída, Renan Calheiros, e com o novo governador Paulo Dantas, que estava para tomar posse! Mas a satisfação daquelas pessoas, o orgulho e a vaidade... Nós tínhamos que dar isso às pessoas; as pessoas não têm grandes vidas e têm que ter algumas alegrias. Temos que ensinar a eles. Essa a função das empresas.

Agora, hoje, nós temos que ter responsabilidade social e nos preocupar com as pessoas e com a região à qual nos integramos, porque é aí que vamos colher grandes benefícios. Hoje o mundo precisa, de fato, de mais calma de modo geral, porque parece que alguns dirigentes que estão à frente de alguns países de grande relevância foram atacados por algum instinto terrífico de guerra, conflitos e litigâncias. Acabou-se a diplomacia, acabou-se o convívio, acabou-se o diálogo, acabou-se a convivência entre os povos. Parece que tudo é à base de violência, o que é um mau caminho para todos. Mas nós também temos voz e temos que nos opor a essa situação, porque isso não nos leva a lugar nenhum, o caminho não é esse. É, sim, um retrocesso na história do mundo, na

história da evolução do mundo andarmos para trás com guerras, com complicações que não são de proveito para ninguém. Mesmo aqueles que ganham uma guerra têm um prejuízo tremendo em termos de vidas humanas, em termos de sacrifícios, em termos de desgaste. Isso sem falar daqueles que não morrem, mas ficam perturbados mentalmente, com um desgaste tremendo. Tudo isso devia ser evitado.

E o mundo hoje também precisa de outra coisa. Eu não me vou alongar muito mais, mas queria só dizer que o mundo está precisando de um grande banho de ética, de ética republicana, o que faz muita falta a todo o mundo, porque não vale tudo. O que vale são os valores, são os princípios. Todos nós temos de fazer força para que ressurgam alguns valores tradicionais que são fundamentos da sociedade.

Estou muito agradecido ao Estado de Minas. Foi muito agradável vir aqui. Aliás, viemos aqui até a convite do governo, inicialmente, para ver um projeto em Inhotim, que não está fora de mão. Acabamos por arrancar mais rapidamente porque também encontramos um prefeito muito agitado, tal como eu, frenético e que nos incentivou muito a avançar. Também não é difícil ficar encantado com Ouro Preto. Ouro Preto é uma cidade fabulosa! Ela está cuidada e é um patrimônio da humanidade. Não é favor, não é dessas coisas que aparecem do nada, mas, sim, de fato, um grande patrimônio que vocês têm aqui. Nós estivemos, em primeiro lugar, em Inhotim. Devo dizer aqui, em primeira mão, que ainda não desistimos de fazer, naquela região de Inhotim, também um projeto, que, aliás, está em fase de organização, não é, Bárbara? A Bárbara nos acompanhou também em algumas dessas iniciativas, e temos a previsão de avançar ali. Quero dizer também que o meu amigo Leônidas me empurrou para Poços de Caldas. Fomos lá com algumas pessoas que também já me falaram sobre isso. Mas esse processo ainda não evoluiu.

Nós também não conseguimos chegar a todo o lado porque a luta é grande. O mundo está a atravessar uma fase também complicada em termos de compromisso. Nós procuramos ter metas e objetivos, fazer as coisas rapidamente, cumprir prazos. Desunhamo-nos para não falhar com os objetivos, mas está cada vez mais difícil. Devo confessar que, às vezes, fico até preocupado, porque parece que as pessoas estão menos comprometidas. Essa história vem, sobretudo, desde a pandemia que enfrentamos. O que muita gente faz, sobretudo na Europa mais do que aqui, é o teletrabalho. Nós até já tivemos um caso de um diretor hoteleiro. Já é difícil tomar conta de um hotel estando lá 12 horas por dia quanto mais fora de lá. E um diretor de hotel, a certa altura, perguntou se podia trabalhar em casa. Eu disse: “Se já é difícil trabalhar aqui, não sei como você em casa consegue tomar conta de um hotel, situação que exige de você estar lá em cima, estar cara a cara com os clientes”. Mas o mundo, às vezes, parece que deu uma volta, e perdemos um bocadinho do juízo com a pandemia e não temos noção da realidade das coisas. Nós temos que continuar a “dar o litro” para que as coisas corram bem.

Meus amigos, foi um prazer estar aqui. Eu me esqueci de falar de um amigo, um querido amigo, que é um mineiro fervoroso. Até brincamos com ele dizendo ele é “doente de Minas”. Onde está o nosso amigo? Está ali. É o Bruno, presidente da Trend, uma empresa do grupo CVC, o maior operador do Brasil de turismo, que ficou muito satisfeito por virmos para Minas. Eu também estou muito satisfeito. Eu até pensei: darei um desconto à conversa e à propaganda que ele faz de Minas. Mas hoje tenho que reconhecer que ele tinha razão porque, de fato, em Minas é fácil criar amigos. Nós já criamos, no período em que aqui estamos, bastantes amigos, e isso tem sido muito produtivo e muito agradável.

Eu quero finalizar agradecendo ao nosso querido deputado que propôs a entrega desse prêmio e dessa distinção para nós. É sempre agradável. Nós não trabalhamos por isso, volto a dizer. Nós, no Vila Galé, trabalhamos porque nos dá um gosto tremendo de fazer coisas e chegar ao fim fazendo coisas bonitas. Sobretudo, eu acho que, ao fim dos anos, com a experiência que vamos ganhando, temos cada vez mais responsabilidade. Obter prêmios e obter mais distinções só nos dá mais responsabilidade para fazermos mais e melhor. E é sempre muito agradável receber o premiozinho. Eu agradeço muito o prêmio. Muito obrigado a todos. Foi um prazer estar aqui.

Palavras do Presidente

Meu boa noite a todas e todos. Primeiro, sejam bem-vindos ao Parlamento mineiro. É muito bom, caro amigo Mauro, termos oportunidade, nesta casa, de homenagear diversas pessoas, mas, de forma especial, hoje, aquelas pessoas que têm a oportunidade de gerar emprego e renda no nosso estado, e, mais do que isso, a oportunidade de apresentar, de mostrar o Estado de Minas Gerais pelo mundo afora, o que a rede Vila Galé também terá a oportunidade de fazer se instalando no nosso estado. Então eu começo cumprimentando e parabenizando o grande fundador do grupo, Jorge Rebelo de Almeida, nosso homenageado e novo cidadão mineiro. Bem-vindo e parabéns pela justa e merecida homenagem.

Da mesma forma, cumprimento um amigo-irmão que a vida pública me deu, um dos deputados mais competentes, mais presentes, e que faz um trabalho espetacular, especialmente agora, à frente da Comissão de Turismo e Gastronomia da Casa, meu amigo-irmão Mauro Tramonte. Parabéns. É espetacular a ideia da homenagem da noite de hoje. Cumprimento o nosso embaixador Luís Faro Ramos. Muito obrigado por sua presença. Muito bom revê-lo. Da mesma forma, cumprimento o procurador de Justiça Marco Antônio Borges, subcorregedor-geral do Ministério Público, representando o nosso Ministério Público. É bom revê-lo na Casa mais uma vez. Cumprimento o competente Leônidas, amigo e secretário de Estado de Cultura. Você sabe que é uma honra e um prazer sempre recebê-lo no Parlamento. Você faz um trabalho muito importante e diferenciado a favor, obviamente, do Estado, mas especialmente na sua pasta. Obrigado e parabéns pelo seu trabalho. Cumprimento o querido amigo Angelo Oswald, nosso grande prefeito da cidade de Ouro Preto, um dileto amigo e grande político mineiro, brasileiro, que vem fazendo um trabalho também muito importante, diferenciado, à frente da cidade de Ouro Preto. É bom revê-lo. Cumprimento o amigo Marcelo de Souza, nosso presidente da CDL BH. Cumprimento o deputado Ricardo, que estava aqui mais cedo; e a ex-deputada Maria Elvira, que vejo ali.

Senhoras e senhores, amigos e amigas, “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”. Essas palavras do grande poeta português Fernando Pessoa são as mais adequadas para expressar como os sonhos de Jorge Rebelo têm se transformado em obras tão admiráveis. Diretor do nosso grupo Vila Galé, um dos principais do ramo hoteleiro do Brasil e da Europa, vem se destacando em sua vida pública, não só como grande empresário, mas, especialmente, como indutor do desenvolvimento econômico, turístico e cultural. No Brasil, sua porta de entrada foi em Fortaleza e agora, felizmente, chegou a Minas Gerais com a instalação do Vila Galé Collection na nossa cidade de Ouro Preto, cidade que já é um patrimônio mundial e que ganha mais uma projeção internacional.

Mas o que conecta Jorge Rebelo ao nosso estado vai muito além de um negócio. Natural de Lisboa, Jorge Rebelo nasceu no dia 25 de abril, na data da Revolução dos Cravos, que colocou fim à ditadura em Portugal, e na mesma data em que é comemorado o Dia da Liberdade. Um ideal que também está cravado na nossa cultura mineira e estampado na nossa bandeira, escrita pelos Inconfidentes de Ouro Preto, que anunciaram a nossa futura República. De biografia já entrelaçada desde as nossas origens, Portugal e Minas agora se unem ainda mais pela ressurreição. Para usar as palavras do próprio idealizador de um patrimônio histórico tão marcante para a história do nosso estado, o prédio icônico, que agora abriga o Vila Galé Collection, reúne traços de Aleijadinho, de Tiradentes e de D. Pedro I e testemunhou momentos importantes da nossa conectada história ao ser preservado e restaurado para esse novo projeto, trazendo mais a alma e a essência de Portugal para Minas, além de manter viva a história daquele lugar.

O turismo é uma das indústrias que mais contribui para a preservação do patrimônio e para o desenvolvimento econômico. E, na nossa concepção avançada de Jorge Rebelo, ele deve andar de mãos dadas com a arte e a cultura. E esse pensamento se traduz na responsabilidade ambiental, econômica e social também de seus empreendimentos. O grupo português, que já recuperou mais de 18 edifícios históricos, transformando-os em atrativos turísticos, gerando emprego e fomentando as economias ao seu redor, chegou a terras mineiras para afirmar parcerias importantes com o governo de Minas, com a Prefeitura de Ouro Preto e consolidar um projeto que dá visibilidade ao nosso estado e honra às nossas tradições de forma viva. Nada mais justo, portanto, que esta Casa, Parlamento de Minas, dos 21 milhões de mineiros, a pedido do meu amigo querido, deputado Mauro Tramonte, trazer o pleno reconhecimento do

povo mineiro ao dinamismo e ao idealismo de Jorge Rebelo e lhe conceder hoje o título de Cidadão Honorário do nosso Estado de Minas Gerais.

Advogado de origem, ganhou experiência e gosto pela construção e revelou em seu novo afazer o homem por trás da obra, amante da liberdade, cultivando um forte compromisso com a modernidade, mas amparado pela força das tradições. Homem de visão, Jorge tem demonstrado ser um grande amigo do Brasil e de Minas Gerais. Que os laços culturais, gastronômicos, arquitetônicos e até mesmo de costumes que nos unem sejam ainda mais fortalecidos entre os dois países irmãos. Sinta-se também agora irmão dos mineiros e das mineiras por reconhecimento e adoção. Parabéns, mais uma vez. Sejam muito bem-vindos. Minas Gerais e a Assembleia de Minas ficam muito felizes, gratos e satisfeitos com essa importante noite de hoje. Parabéns a todos.

A locutora – Após o encerramento regimental, ouviremos o dueto composto pelos Sgts. Magnus, no saxofone, e Hector, no teclado, que apresentarão as seguintes músicas: *Oh, Minas Gerais!*, de José Duda de Moraes, em parceria com Manoel Pereira de Araújo, e *Pátria Minas*, de Marcus Viana.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 26, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 13/5/2025

Às 14h30min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Adalclever Lopes, Rodrigo Lopes, Professor Cleiton, Sargento Rodrigues e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e a deliberar sobre o plano de trabalho do Tema em Foco, edição 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, e definir os temas a serem enfatizados nas reuniões do 1º ciclo do Prestação de Contas do Governo. A presidência comunica o recebimento de ofício do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, publicado no *Diário do Legislativo* em 7/5/2025. A presidência informa ainda o recebimento de *e-mail*, encaminhado pelo Fale com as Comissões, do Sr. João Paulo Almeida, em que solicita a instalação de rede de água e esgoto no bairro Bonsucesso, em Minas Novas. A presidência comunica que esta comissão participará das reuniões do 1º ciclo do Prestação de Contas do Governo, no âmbito do Assembleia Fiscaliza 2025, com as Secretarias de Estado de Governo, de Casa Civil e de Comunicação Social, no dia 2/6/2025, às 14h; e com as Secretarias de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão, no dia 9/6/2025, às 14h. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.121/2015 (relator: deputado Rodrigo Lopes), 1.695/2023 (relator: deputado Professor Cleiton), 2.402/2024 (relator: deputado João Magalhães, em virtude de redistribuição) e 2.662/2024 (relator: deputado Sargento Rodrigues), todos na forma dos respectivos Substitutos nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; dos Projetos de Lei nºs 1.162/2023 (relator: deputado Rodrigo Lopes) e 1.875/2023 (relator: deputado Sargento Rodrigues), ambos com as respectivas Emendas nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; do Projeto de Lei nº 4.053/2022 (relator: deputado Professor Cleiton) na forma do Substituto nº 2; do Projeto de Lei nº 347/2023 (relator: deputado Professor Cleiton) na forma do Substituto nº 1; pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.565 e 1.890/2023 (relator: deputado Rodrigo Lopes) e 1.661/2023 (relator: deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição), todos na forma dos respectivos vencidos em 1º turno. Na fase de discussão, no 1º turno, do parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.405/2024, com Emenda nº 1, da Comissão

de Constituição e Justiça, o presidente defere o pedido de vista da deputada Beatriz Cerqueira. O Projeto de Lei nº 1.153/2023 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Rodrigo Lopes, aprovado pela comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.760/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as alterações realizadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – das regras para adoção do teletrabalho pelos servidores e servidoras estaduais, inclusive as excepcionalidades previstas para concessão desse regime de trabalho às servidoras lactantes;

nº 13.973/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações consubstanciadas em documentos com a relação de todos os imóveis de propriedade ou posse do Estado e de suas autarquias, fundações públicas, empresas estatais e da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e a descrição detalhada de cada um; a relação dos imóveis, com a descrição detalhada de cada um e a indicação de propriedade, que o governo do Estado pretende inserir nas operações a serem autorizadas por meio dos Projetos de Lei nºs 3.733 e 3.738/2025, quais sejam, transferência para a União para fins de pagamento da dívida apurada no âmbito do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag – e recebidos de empresa estatal como forma de pagamento de dividendos ou redução de capital ou cujos recursos financeiros obtidos com a operação poderão ser destinados à amortização da dívida ou ao cumprimento das obrigações do Estado no âmbito do Propag;

nº 13.974/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a relação das empresas estatais cujas participações do Estado poderão ser objeto de transferência para a União ou para entidade por ela controlada, para fins de pagamento da dívida apurada no âmbito do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, conforme pretendido pelo governo do Estado por meio da apresentação do Projeto de Lei nº 3.736/2025;

nº 13.975/2025, das deputadas Beatriz Cerqueira, Ana Paula Siqueira, Bella Gonçalves, Leninha e Lohanna e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Luizinho, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Ricardo Campos, Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.732/2025, do governador do Estado, que autoriza o Estado a realizar a cessão onerosa de direitos originados de créditos tributários e não tributários e dá outras providências, para fins de adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag;

nº 13.976/2025, das deputadas Beatriz Cerqueira, Ana Paula Siqueira, Bella Gonçalves, Leninha e Lohanna e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Luizinho, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Ricardo Campos, Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.733/2025, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os bens imóveis de propriedade do Estado, de suas autarquias e fundações públicas, para fins de pagamento da dívida apurada nos termos do § 2º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025, e dá outras providências, para fins de adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag;

nº 13.977/2025, das deputadas Beatriz Cerqueira, Ana Paula Siqueira, Bella Gonçalves, Leninha e Lohanna e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Luizinho, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Ricardo Campos, Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.734/2025, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a transferir, para a União ou para entidade por ela controlada, a participação societária do Estado na Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – e dá outras providências, para fins de adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag;

nº 13.978/2025, das deputadas Beatriz Cerqueira, Ana Paula Siqueira, Bella Gonçalves, Leninha e Lohanna e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Luizinho, Marquinho Lemos,

Professor Cleiton, Ricardo Campos, Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Complementar nº 69/2025, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os créditos oriundos da compensação financeira entre o Regime Próprio de Previdência Social e o Regime Geral de Previdência Social, para fins de pagamento da dívida apurada nos termos do § 2º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025, que estabelece o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag;

nº 13.979/2025, das deputadas Beatriz Cerqueira, Ana Paula Siqueira, Bella Gonçalves, Leninha e Lohanna e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Luizinho, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Ricardo Campos, Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.731/2025, do governador do Estado, que autoriza o Estado, por intermédio do Poder Executivo, a aderir ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, nos termos da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025, e dá outras providências;

nº 13.980/2025, das deputadas Beatriz Cerqueira, Ana Paula Siqueira, Bella Gonçalves, Leninha e Lohanna e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Luizinho, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Ricardo Campos, Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.737/2025, do governador do Estado, que visa autorizar o Poder Executivo a transferir, para a União ou para entidade por ela controlada, a participação societária do Estado na Empresa Mineira de Comunicações – EMC – e dá outras providências, para fins de adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag;

nº 13.981/2025, das deputadas Beatriz Cerqueira, Ana Paula Siqueira, Bella Gonçalves, Leninha e Lohanna e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Luizinho, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Ricardo Campos, Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.736/2025, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a transferir, para a União ou para entidade por ela controlada, as participações societárias nas empresas estatais de propriedade do Estado e dá outras providências, para fins de adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag;

nº 13.982/2025, das deputadas Beatriz Cerqueira, Ana Paula Siqueira, Bella Gonçalves, Leninha e Lohanna e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Luizinho, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Ricardo Campos, Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.735/2025, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a transferir, para a União ou para entidade por ela controlada, a participação societária do Estado na Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – e dá outras providências, para fins de adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag;

nº 13.983/2025, das deputadas Beatriz Cerqueira, Ana Paula Siqueira, Bella Gonçalves, Leninha e Lohanna e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Luizinho, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Ricardo Campos, Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.738/2025, do governador do Estado, que autoriza o Estado, por intermédio do Poder Executivo, a transferir para a União a gestão da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, para fins de adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag;

nº 13.984/2025, das deputadas Beatriz Cerqueira, Ana Paula Siqueira, Bella Gonçalves, Leninha e Lohanna e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Luizinho, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Ricardo Campos, Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.739/2025, do governador do Estado, que estabelece normas relativas aos serviços de saneamento básico e energia no Estado, dispõe sobre a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de

Minas Gerais – Arsae-MG – e dá outras providências, para fins de adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag;

nº 13.985/2025, das deputadas Beatriz Cerqueira, Ana Paula Siqueira, Bella Gonçalves, Leninha e Lohanna e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Luizinho, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Ricardo Campos, Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023, que revoga os §§ 15 e 17 do art. 14 da Constituição do Estado para suprimir o quórum qualificado para aprovação de lei que autorize a alteração da estrutura societária ou a cisão de sociedade de economia mista e de empresa pública ou a alienação das ações que garantem o controle direto ou indireto dessas entidades pelo Estado e retira a exigência de referendo popular para a desestatização de empresa de propriedade do Estado prestadora de serviço público de distribuição de gás canalizado, de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica ou de saneamento básico;

nº 13.986/2025, das deputadas Beatriz Cerqueira, Ana Paula Siqueira, Bella Gonçalves, Leninha e Lohanna e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Luizinho, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Ricardo Campos, Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o projeto de lei, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a realizar a transferência para a iniciativa privada da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig;

nº 13.987/2025, das deputadas Beatriz Cerqueira, Ana Paula Siqueira, Bella Gonçalves, Leninha e Lohanna e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Luizinho, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Ricardo Campos, Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o projeto de lei, do governador do Estado, que visa autorizar o Poder Executivo a realizar a transferência para a iniciativa privada da Companhia de Saneamento Básico do Estado de Minas Gerais – Copasa;

nº 13.990/2025, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Adalclever Lopes, Rodrigo Lopes, Charles Santos, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues, em que requerem sejam informados ao secretário de Estado de Governo os temas definidos pela comissão para serem enfatizados no 1º ciclo de 2025 do Prestação de Contas do Governo, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: Tema 1 – “Ações da Segov para articulação entre órgãos estaduais e integração com os municípios atingidos para execução eficiente do novo acordo de Mariana”; Tema 2 – “Assessoramento do governador no desempenho de suas atribuições constitucionais relativas à política estadual de remuneração”; e Tema 3 – “Medidas executadas pelo Estado para o cumprimento das obrigações do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana”;

nº 13.991/2025, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Adalclever Lopes, Rodrigo Lopes, Charles Santos, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues, em que requerem sejam informados ao secretário de Estado de Comunicação Social os temas definidos pela comissão para serem enfatizados no 1º ciclo de 2025 do Prestação de Contas do Governo, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: Tema 1 – “Estratégias implementadas pela Secom para garantir a ampla divulgação das informações sobre o novo acordo de Mariana às comunidades atingidas e ao público em geral”; Tema 2 – “Gestão da publicidade oficial do Estado, com ênfase nas ações que resultam ou que podem resultar em propaganda enganosa do poder público”; e Tema 3 – “Providências tomadas pela Secom para a efetivação da negociação do plano de cargos e salários dos servidores da Empresa Mineira de Comunicação”;

nº 13.992/2025, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Adalclever Lopes, Rodrigo Lopes, Charles Santos, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues, em que requerem sejam informados ao secretário de Estado de Fazenda os temas definidos pela comissão para serem enfatizados no 1º ciclo de 2025 do Prestação de Contas do Governo, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: Tema 1 – “Cronograma de aplicação de recursos provenientes do valor repassado ao Estado em 2025 no âmbito do novo acordo de Mariana”; Tema 2 – “Política tributária e fiscal, com ênfase nas ações de administração da dívida pública

estadual, incluindo o Regime de Recuperação Fiscal e o Propag”; e Tema 3 – “Áreas que sofreram cortes pelo decreto de contingenciamento do Poder Executivo e o impacto desses cortes para a sociedade”;

nº 13.993/2025, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Adalclever Lopes, Rodrigo Lopes, Charles Santos, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues, em que requerem seja informado ao Secretário de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – os temas definidos pela Comissão de Administração Pública para serem enfatizados no 1º ciclo de 2025 do Prestação de Contas do Governo, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: Tema 1 – “Indicadores de desempenho e mecanismos de monitoramento adotados pela Seplag para acompanhar a execução das ações previstas no novo acordo de reparação de Mariana”; Tema 2 – “Planejamento e coordenação da formulação, da execução e da avaliação das políticas públicas de recursos humanos, de saúde ocupacional, de orçamento, de recursos logísticos e patrimônio, com ênfase na política de recomposição salarial dos servidores e militares do Estado”; e Tema 3 – “Medidas executadas pelo Estado para cumprimento das obrigações do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana”;

nº 13.994/2025, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Adalclever Lopes, Rodrigo Lopes, Charles Santos, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues, em que requerem sejam informados ao secretário-chefe da Casa Civil os temas definidos pela comissão para serem enfatizados no 1º ciclo de 2025 do Prestação de Contas do Governo, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: Tema 1 – “Avaliação da Casa Civil sobre o desempenho da articulação entre pastas e sobre indicadores de efetividade e metas intersecretariais”; Tema 2 – “Coordenação pela Casa Civil das ações relacionadas à execução do novo acordo de Mariana, especialmente da articulação entre os diversos órgãos estaduais e à interlocução com os municípios atingidos”; e Tema 3 – “Relacionamento institucional do Poder Executivo Estadual com os órgãos de controle externo e com a sociedade civil, em especial a realização de mesa de diálogo”;

nº 14.002/2025, dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao procurador-geral de justiça e à defensora pública-geral pedido de informações sobre o cumprimento do Anexo 2 do Acordo de Repactuação da Bacia do Rio Doce, que disciplina as indenizações individuais a pessoas físicas e jurídicas de pequeno porte, substituindo os programas anteriores, como Cadastro, PIM, Pafe e Novel, esclarecendo-se as denúncias de alterações unilaterais nas regras sem participação das pessoas atingidas e as medidas adotadas para garantir transparência e efetividade na reparação;

nº 14.003/2025, dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de informações sobre as ações de recuperação ambiental as ações de recuperação ambiental de recomposição da vegetação nativa, restauração dos cursos d'água, monitoramento de contaminação dos solos e rios, proteção da biodiversidade e sobre o cumprimento das metas de previstas no Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana;

nº 14.005/2025, dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao procurador-geral de justiça e à defensora pública-geral pedido de informações sobre os canais de participação das pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, no âmbito do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva, o funcionamento das comissões locais e regionais, o apoio às assessorias técnicas independentes, a governança e as medidas para garantir o direito à consulta livre, prévia e informada, conforme previsto no referido acordo;

nº 14.006/2025, dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de informações sobre as ações de preservação, salvaguarda ou compensação do patrimônio cultural atingido, tanto material quanto imaterial, com ênfase em bens históricos, festas religiosas e saberes tradicionais, conforme Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana;

nº 14.007/2025, dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre a qualidade da água no Rio Doce e nos demais cursos hídricos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, a situação dos sistemas de abastecimento nas comunidades e o plano de monitoramento hídrico;

nº 14.008/2025, dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre os dados relativos ao acesso à educação nos reassentamentos, à disponibilidade de transporte escolar e à infraestrutura das unidades escolares da rede pública de ensino nas localidades do Estado atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana;

nº 14.014/2025, dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o número de unidades habitacionais entregues e pendentes nos reassentamentos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; os prazos de conclusão; a qualidade da infraestrutura; e as medidas de acompanhamento social às famílias reassentadas no contexto do processo de reparação relativo ao rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana;

nº 14.015/2025, dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Fundação Renova pedido de informações sobre o número de unidades habitacionais entregues e pendentes nos reassentamentos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; os prazos de conclusão; a qualidade da infraestrutura; e as medidas de acompanhamento social das famílias reassentadas no contexto do processo de reparação relativo ao rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana;

nº 14.017/2025, dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao defensor público-geral da Defensoria Pública da União – DPU –, ao presidente da Fundação Renova e ao presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF-6 – pedido de informações sobre indenizações e compensações pagas, por comunidade, tipo de dano e número de atingidos ainda sem reparação financeira, com a identificação dos principais entraves ao pagamento;

nº 14.018/2025, dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Fundação Renova, ao presidente da Samarco Mineração S.A., ao presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF-6 –, ao procurador-geral da República e ao defensor público-geral da Defensoria Pública da União – DPU – pedido de informações sobre o cumprimento do Anexo 2 do Acordo de Repactuação da Bacia do Rio Doce, que disciplina as indenizações individuais a pessoas físicas e jurídicas de pequeno porte, substituindo os programas anteriores (Cadastro, PIM, Pafé e Novel), com esclarecimentos sobre denúncias de alterações unilaterais nas regras sem participação das pessoas atingidas e sobre as medidas adotadas para garantir transparência e efetividade à reparação;

nº 14.019/2025, dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama – em Minas Gerais, ao presidente da Fundação Renova e ao presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF-6 – pedido de informações sobre as ações de recuperação ambiental de recomposição da vegetação nativa, restauração dos cursos d'água, monitoramento de contaminação dos solos e rios, proteção da biodiversidade e sobre o cumprimento das metas de compensação ambiental previstas no Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana;

nº 14.020/2025, dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Fundação Renova, ao procurador-geral da República, ao defensor público-geral da Defensoria Pública da União – DPU – e ao presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF6 – pedido de informações sobre os canais de participação das pessoas atingidas, o funcionamento das comissões locais e regionais, o apoio às assessorias técnicas independentes, a governança do Acordo

Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, e as medidas para garantir o direito à consulta livre, prévia e informada, conforme previsto nesse acordo;

nº 14.021/2025, dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – e ao presidente da Fundação Renova pedido de informações sobre as ações de preservação, salvaguarda ou compensação do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, atingido pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, com ênfase em bens históricos, festas religiosas e saberes tradicionais;

nº 14.022/2025, dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Agência Nacional de Águas – ANA – e ao diretor-presidente da Fundação Renova pedido de informações sobre a qualidade da água no Rio Doce e nos demais cursos hídricos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, a situação dos sistemas de abastecimento nas comunidades e o plano de monitoramento hídrico;

nº 14.023/2025, dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao prefeito municipal de Mariana e ao prefeito municipal de Barra Longa pedido de informações consubstanciadas em documento com os dados relativos ao acesso à educação nos reassentamentos, à disponibilidade de transporte escolar e à infraestrutura das unidades escolares da rede pública de ensino local, conforme o Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana;

nº 14.024/2025, dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre indenizações e compensações pagas, discriminadas por comunidade, tipo de dano e número de atingidos ainda sem reparação financeira, com a identificação dos principais entraves ao pagamento;

nº 14.100/2025, dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as ações de vigilância em saúde nas áreas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, especificando-se as medidas adotadas para tratamento de doenças associadas à exposição a metais pesados, o apoio psicológico e a estrutura dos serviços de saúde nos reassentamentos destinados a esses atingidos;

nº 14.101/2025, dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Fundação Renova pedido de informações sobre ações de vigilância em saúde nas áreas atingidas pelo rompimento da Barragem do Fundão, medidas para tratamento de doenças associadas à exposição a metais pesados, apoio psicológico e estrutura dos serviços de saúde nos reassentamentos.

É aprovado e encaminhado à publicação o plano de trabalho do Tema em Foco, edição 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. São aprovados também os temas a serem enfatizados nas reuniões do 1º ciclo de 2025 do Prestação de Contas do Governo, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. A presidência fixa o dia e horário das reuniões ordinárias para as terças-feiras, às 14 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2025.

Adalclever Lopes, presidente – Beatriz Cerqueira – Charles Santos – Professor Cleiton – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 14/5/2025

Às 10 horas, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier e Antonio Carlos Arantes (substituindo o deputado Eduardo Azevedo, por indicação da bancada do PL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do

Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e a apreciar o plano de trabalho do Tema em Foco, edição 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, e a definir os temas a serem enfatizados nas reuniões do 1º ciclo de 2025 do Prestação de Contas do Governo. A presidência suspende os trabalhos. A reunião é reaberta com a presença dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier e Bruno Engler, membros da comissão. A presidência comunica que esta comissão participará das reuniões do 1º ciclo do Prestação de Contas do Governo, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, no dia 3/6/2025, terça-feira, com os seguintes órgãos e nos seguintes horários: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, às 9 horas; Polícia Civil de Minas Gerais, às 11 horas; Polícia Militar de Minas Gerais, às 14 horas; e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, às 16 horas. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.518/2025, na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.203 e 11.252/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.932/2025, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja restabelecido o plantão policial de 24 horas no Município de Senhora dos Remédios, tendo em vista que, atualmente, o atendimento está restrito ao horário das 8 horas à zero hora, o que compromete gravemente a segurança da população local;

nº 13.937/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para reestruturar as delegacias de polícia dos Municípios de Presidente Olegário e Patos de Minas, em especial, com aumento de efetivo e disponibilização de viaturas;

nº 13.964/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para buscar esclarecimentos sobre os novos limites orçamentários previstos para a Superintendência de Polícia Técnico-Científica – SPTC – da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e para debater soluções para a falta de “kit” para constatação preliminar de drogas, equipamento imprescindível à comprovação da materialidade do delito de tráfico de entorpecentes;

nº 13.965/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre a atividade denominada “Alvorada Militar”, realizada em outubro de 2024 com os discentes do Curso Especial de Formação de Sargentos 2024 – Cefs II/2024 –, indicando-se, em especial, sob que aspecto o questionário aplicado pelos alunos do Curso de Habilitação de Oficiais – CHO – auxiliou no melhor planejamento da atividade;

nº 13.966/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações sobre a realização de operações de combate ao furto e roubo de estepes em Belo Horizonte, em especial sobre medidas de prevenção e ações de investigação e repressão, inclusive quanto ao crime de receptação;

nº 13.967/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – Gaeco – de Patos de Minas pedido de providências para analisar, no âmbito da Notícia de Fato nº 02.16.0480.0168937.2025-81, as ocorrências policiais dos anos de 2020 a 2025, nos Municípios de Patos de Minas, Presidente Olegário, Lagoa Grande e João Pinheiro, no contexto de furtos de criações de gado na zona rural, de modo a verificar a existência de organização criminosa;

nº 13.968/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais – Depen-MG – pedido de providências para analisarem a documentação relativa à remoção de 20 policiais penais da unidade prisional José Edson Cavalieri por suposta ausência massiva, em especial o Relatório Técnico nº 56/2024/Depen-MG/Sejusp/MG, que aponta indícios de conluio entre os referidos policiais para prejudicar o bom andamento dos procedimentos na citada penitenciária, e a relação intitulada “Dezembro/2024 – Licença RIM”, que mostraria a improcedência dessa suspeita, por não coincidirem os períodos das licenças tiradas pelos policiais mencionados; e para reverem, caso sejam constatadas ilegalidades, os respectivos atos administrativos de remoção;

nº 13.969/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a realização de visita técnica ao imóvel situado na Rua João Alfredo, nº 92, no Bairro Horto, em Belo Horizonte, bem como sobre a possibilidade de transferência da Casa do Albergado Presidente João Pessoa para o citado local;

nº 14.070/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito – CET – pedido de providências para que exclusivamente os policiais civis lotados na Divisão de Registro de Veículos – DRV – realizem as vistorias especiais, de modo a exercer as funções de polícia judiciária e de apuração de infrações penais relacionadas a crimes e contravenções associados a veículos e condutores, e para que tais atividades não sejam delegadas às empresas credenciadas de vistoria – ECVs – ou a servidores do quadro administrativo da Seplag ou da CET;

nº 14.072/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre as atividades realizadas no âmbito da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito – CET-MG –, especificando-se qual é o número de veículos identificados pelas empresas credenciadas de vistorias – ECVs – como tendo sido objeto de furto, roubo, clonagem, adulteração e crimes afins, desde o início do credenciamento dessas empresas, discriminados mês a mês; se vistorias têm sido realizadas mediante a utilização de imagens geradas por meio de câmeras de análise remota e, em caso positivo, qual é a normativa que fundamenta esse procedimento e qual é o montante de vistorias pendentes de validação na CET-MG que tenham sido analisadas e finalizadas com o uso dessa ferramenta; quais casos têm sido encaminhados para vistoria presencial na Divisão de Registro de Veículos – DRV – e qual é seu quantitativo desde o início do credenciamento das ECVs, discriminados mês a mês; se há previsão de aumento da capacidade de atendimento nas circunscrições regionais de trânsito – Ciretrans; se há padronização dos procedimentos nas unidades de atendimento integrado – UAIs – de todo o Estado para a transferência de propriedade com troca de placa de veículos, se há um limite máximo de tempo de espera para o atendimento nessas unidades e se há alguma diferenciação no atendimento a despachantes; e se há previsão da abertura de um canal de comunicação direta entre a CET-MG e as entidades representativas de despachantes;

nº 14.073/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que, caso o trabalho dos policiais civis hoje lotados na Divisão de Registro de Veículos – DRV – seja considerado redundante em razão do modelo de gestão adotado no âmbito da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito – CET-MG –, sejam esses servidores públicos transferidos para uma das delegacias da Divisão Especializada em Prevenção e Investigação a Furto e Roubo de Veículos Automotores – DEPIFRVA –, de modo que toda a sua capacitação e *expertise* possa ser devidamente aproveitada em prol do melhor e mais adequado exercício do dever do Estado de oferecer segurança pública aos cidadãos;

nº 14.075/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam informados ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – os temas definidos pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão

relativa ao período de 1º/1/2025 a 30/4/2025, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: Tema 1 – “Efetivo e carreira”; Tema 2 – “Logística e infraestrutura”; Tema 3 – “Promoção da saúde e combate ao assédio e abuso de autoridade”;

nº 14.076/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam informados à chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – os temas definidos pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 30/4/2025, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: Tema 1 – “Efetivo e carreira”; Tema 2 – “Informações sobre as condições de infraestrutura e logística das unidades”; Tema 3 – “Promoção da saúde e combate ao assédio e abuso de autoridade”;

nº 14.077/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam informados ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública os temas definidos pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1/2025 a 30/4/2025, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, em relação ao sistema prisional: Tema 1 – “Efetivo e carreira”; Tema 2 – “Informações sobre as condições da infraestrutura e da logística das unidades e alojamentos”; Tema 3 – “Promoção da saúde e combate ao assédio e abuso de autoridade”; em relação ao sistema socioeducativo: Tema 1 – “Efetivo e carreira”; e Tema 2 – “Gestão do sistema socioeducativo”;

nº 14.078/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam informados ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – os temas deliberados pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1/2025 a 30/4/2025, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: Tema 1 – “Efetivo e carreira”; Tema 2 – “Logística e infraestrutura”; Tema 3 – “Promoção da saúde e combate ao assédio e ao abuso de autoridade”;

nº 14.079/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual sejam convidados o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, a comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, bem como representantes das associações dessas categorias, para conhecer e debater as ações existentes, inclusive no tocante aos investimentos do Tesouro Estadual, para a valorização e a promoção de condições de trabalho adequadas aos policiais militares e bombeiros militares, assinalando-se lacunas, incongruências e também boas práticas aplicadas nesse sentido no Estado;

nº 14.080/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual sejam convidados a chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e representantes dessas categorias e de suas associações, para debater as ações existentes, inclusive no tocante aos investimentos do Tesouro Estadual, para a valorização e a promoção de condições de trabalho adequadas aos policiais civis e penais e aos agentes de segurança socioeducativos.

É aprovado e encaminhado para a publicação o plano de trabalho do Tema em Foco, edição 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza (Requerimento em Comissão nº 13.318/2025). Em seguida, é aprovado o relatório de visita à Divisão de Registro de Veículos – DRV –, no Município de Belo Horizonte, para verificar as condições de trabalho dos servidores e a estrutura disponibilizada para o atendimento ao público, realizada em 12/5/2025, às 14h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 14/5/2025

Às 13h42min, comparecem à reunião a deputada Carol Caram e os deputados Adriano Alvarenga e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adriano Alvarenga, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta, receber, discutir e votar proposições da Comissão e, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, deliberar sobre o plano de trabalho do Tema em Foco, edição 2025-2026, e definir os temas a serem enfatizados nas reuniões do 1º ciclo de 2025 do Prestação de Contas do Governo. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, publicado no *Diário do Legislativo* em 1º/5/2025. O presidente informa que esta comissão participará das reuniões do 1º ciclo de 2025 do Prestação de Contas do Governo, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, com as Secretarias de Estado da Fazenda e de Planejamento, no dia 9/6/2025, às 14 horas. A presidência acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.369/2025, no 1º turno, do qual avocou a relatoria. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Projeto de Lei nº 1.188/2023, no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Adriano Alvarenga). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 10.949/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. O plano de trabalho do Tema em Foco, edição 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, é aprovado e encaminhado para publicação. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 14.082/2025, dos deputados Adriano Alvarenga, Charles Santos, Eduardo Azevedo e Elismar Prado e da deputada Carol Caram, em que requerem seja realizada audiência pública, com a presença de representantes do Procon-MG, do Procon-ALMG, da Defensoria Pública e de instituições financeiras, associações de defesa do consumidor e especialistas na área a fim de verificar o enfrentamento da questão do superendividamento de consumidores mineiros;

nº 14.083/2025, dos deputados Adriano Alvarenga, Charles Santos e Elismar Prado e da deputada Carol Caram, em que requerem seja encaminhado ao procurador-geral de justiça do Estado e ao coordenador do Procon Estadual de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas nos dados de atendimento e de atuação no enfrentamento do superendividamento de consumidores mineiros;

nº 14.084/2025, dos deputados Adriano Alvarenga e Elismar Prado e da deputada Carol Caram, em que requerem seja encaminhado ao presidente do Banco Central do Brasil pedido de informações sobre os mecanismos que têm sido disponibilizados aos cidadãos para enfrentamento da questão do superendividamento, bem como sobre as práticas de concessão de crédito e renegociação de dívidas;

nº 14.085/2025, dos deputados Adriano Alvarenga e Elismar Prado e da deputada Carol Caram, em que requerem seja realizada audiência pública para debater, com especialistas e a sociedade civil, o superendividamento de consumidores mineiros, objetivando sua proteção e recuperação financeira, à luz da Lei Federal nº 14.181, de 2021;

nº 14.087/2025, dos deputados Adriano Alvarenga, Charles Santos, Eduardo Azevedo e Elismar Prado e da deputada Carol Caram, em que requerem a realização de visitas técnicas ao Procon Assembleia e à Delegacia de Defesa do Consumidor, a fim de verificar o enfrentamento do superendividamento de consumidores mineiros, e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, a fim de verificar, para os mesmos fins, os dados referentes ao Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor;

nº 14.088/2025, da deputada Carol Caram, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o valor total dos dividendos repassados pela empresa ao Estado, nos exercícios de 2023, 2024 e 2025;

nº 14.089/2025, dos deputados Adriano Alvarenga, Charles Santos, Eduardo Azevedo e Elismar Prado e da deputada Carol Caram, em que requerem sejam informados aos secretários de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão os temas definidos pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 30/4/2025, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: Tema 1 – “Ações adotadas pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – para combater o superendividamento da população mineira, especialmente no que se refere à cobrança de dívidas inscritas em dívida ativa” e Tema 2 – “Esclarecimento pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – sobre o cronograma de pagamento das verbas retidas destinadas aos servidores públicos do Estado, especificando os valores pendentes, os motivos da retenção e as medidas adotadas para regularização”.

Registra-se a presença do deputado Elismar Prado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2025.

Adriano Alvarenga, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 15/5/2025

Às 15h38min, comparecem à reunião os deputados Antonio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Grego da Fundação (substituindo o deputado Oscar Teixeira, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, a apreciar o plano de trabalho do Tema em Foco, edição 2025-2026, e definir os temas a serem enfatizados nas reuniões do 1º ciclo de 2025 do Prestação de Contas do Governo. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: no 1º turno, Projetos de Lei nºs 1.401/2023 (deputado Antonio Carlos Arantes), 1.819/2023 e 1.946/2024 (deputado Leonídio Bouças), 2.067/2024 e 3.317/2025 (deputado Oscar Teixeira), 1.141/2023 (deputado Roberto Andrade), e 2.420/2021 (deputado Vitório Júnior); e, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.896/2024 (deputado Vitório Júnior). A seguir, comunica que esta comissão participará das reuniões do 1º Ciclo do Prestação de Contas do Governo, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, com a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais – Secult –, no dia 5/6/2025, às 9 horas; com as secretarias de Estado de Fazenda – SEF – e de Planejamento e Gestão – Seplag –, no dia 9/6/2025, às 14 horas; e com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Sede –, no dia 12/6/2025, às 9 horas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.375/2025, dos deputados Leonídio Bouças, Raul Belém e Bosco, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público Federal – MPF – em Belo Horizonte pedido de providências para que sejam alertadas as unidades regionais dessa entidade sobre a necessidade de responsabilizar dirigentes de órgãos de meio ambiente sobre as consequências de eventual negligência quanto ao controle do javali e do javaporco em seus territórios de jurisdição, em função das possíveis consequências sanitárias e produtivas da expansão dessas populações exóticas invasoras; e as notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta da comissão com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria e a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que teve por finalidade debater a

invasão de javalis nas propriedades rurais do Triângulo Mineiro e as dificuldades para o manejo desses animais, em especial a burocracia para a emissão de licenças para abate dessa espécie;

nº 13.376/2025, dos deputados Leonídio Bouças, Raul Belém e Bosco, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que sejam alertadas as unidades regionais da instituição sobre a necessidade de responsabilizar os dirigentes do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pelas consequências de eventual negligência no controle do javali e do javaporco, em função das possíveis consequências sanitárias e produtivas da expansão dessas populações exóticas invasoras; e sejam encaminhadas ao referido órgão as notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta da comissão com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria e a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que teve por finalidade debater a invasão de javalis nas propriedades rurais do Triângulo Mineiro e as dificuldades para o manejo desses animais, em especial a burocracia para a emissão de licenças para abate dessa espécie;

nº 13.377/2025, dos deputados Leonídio Bouças, Raul Belém e Bosco, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – e ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de providências para adoção de medidas para apoiar os municípios de pequeno porte no manejo e controle efetivo de javalis e javaporcos, como repasse de recursos, apoio técnico e criação de programas regionais;

nº 13.378/2025, dos deputados Leonídio Bouças, Raul Belém e Bosco, em que requerem seja formulado voto de congratulações com a Associação Brasileira de Caçadores por serem os caçadores os únicos que promovem o controle populacional de javalis e javaporcos no País, sem ônus para o poder público;

nº 13.711/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater o cooperativismo mineiro no contexto do Ano Internacional do Cooperativismo, declarado pela Organização das Nações Unidas, bem como para a entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com as cooperativas mineiras que conquistaram o Prêmio SomosCoop Excelência em Gestão – categoria Ouro, edição de 2023;

nº 14.115/2025, dos deputados Leonídio Bouças, Antonio Carlos Arantes e Vitório Júnior, em que requerem seja realizada visita à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg – para apurar os principais problemas referentes à defesa social e seus impactos para empreender no Estado, com base no tema em foco, edição 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza;

nº 14.116/2025, dos deputados Leonídio Bouças, Antonio Carlos Arantes e Vitório Júnior, em que requerem seja realizada visita ao Sistema Fecomércio para apurar os principais problemas referentes à defesa social e a seus impactos para empreender no Estado, no âmbito do Tema em Foco, edição 2025-2026, do Assembleia Fiscaliza;

nº 14.117/2025, dos deputados Leonídio Bouças, Antonio Carlos Arantes e Vitório Júnior, em que requerem seja realizada visita à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg – para apurar os principais problemas referentes à defesa social e seus impactos para empreender no Estado, no âmbito do Tema em Foco, edição 2025-2026, do Assembleia Fiscaliza;

nº 14.118/2025, dos deputados Leonídio Bouças, Antonio Carlos Arantes e Vitório Júnior, em que requerem seja realizada visita à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas – Fetaemg – para apurar os principais problemas referentes à defesa social e seus impactos para o trabalhador rural, no âmbito do tema em foco, edição 2025-2026, do Assembleia Fiscaliza;

nº 14.119/2025, dos deputados Leonídio Bouças, Antonio Carlos Arantes e Vitório Júnior, em que requerem seja realizada visita ao Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – para conhecer o trabalho da entidade e apresentar apontamentos apurados pela comissão no tema em foco, edição 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza;

nº 14.120/2025, dos deputados Leonídio Bouças, Antonio Carlos Arantes e Vitório Júnior, em que requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – para conhecer o trabalho do órgão e apresentar apontamentos apurados pela comissão no Tema em Foco, edição 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza;

nº 14.121/2025, dos deputados Leonídio Bouças, Antonio Carlos Arantes e Vitório Júnior, em que requerem seja realizada visita ao Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais – Crisp – para conhecer suas atividades e buscar insumos para a melhoria do ambiente institucional do Estado, com base no tema em foco, edição 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza;

nº 14.122/2025, do deputado Leonídio Bouças, do deputado Antonio Carlos Arantes e do deputado Vitório Júnior, em que requerem seja realizada visita à Chefia da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – para conhecer o trabalho do órgão e apresentar apontamentos apurados pela comissão no tema em foco, edição 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza;

nº 14.123/2025, dos deputados Leonídio Bouças, Antonio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Vitório Júnior, em que requerem seja realizada visita ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, em Brasília, para conhecer o trabalho do órgão e apresentar os apontamentos apurados pela comissão no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, edição 2025-2026;

nº 14.124/2025, dos deputados Leonídio Bouças, Oscar Teixeira, Antonio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Vitório Júnior, em que requerem sejam informados à secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, ao secretário de Estado de Fazenda, ao secretário de Estado de Cultura e Turismo e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão os temas definidos pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 30/4/2025, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede: Tema 1 – “Avaliação do atual ambiente de negócios em Minas Gerais”; Tema 2 – “Circuito Mineiro de Oportunidades e Negócios”; e Tema 3 – “O alinhamento com os municípios mineiros do Minas Reurb; para a Secretaria de Estado de Fazenda – Sefaz: Tema 1 – “O andamento da implementação da política de incentivo fiscal para a produção de vinho e cachaça em Minas Gerais”; e Tema 2 – “Atualização sobre autuações e medidas pedagógicas”; para a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult: Tema 1 – “O andamento da política de fortalecimento dos circuitos turísticos e instituições de governança regional no Estado e as ações voltadas ao desenvolvimento da infraestrutura de acolhimento aos turistas”; e Tema 2 – “As ações do Estado referentes ao selo Turismo Seguro”; para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag: Tema 1 – “A gestão do serviço de vistoria veicular, com foco nos problemas enfrentados pelas empresas credenciadas de vistoria – ECVs”; Tema 2 – “A política de absorção das funções do antigo Detran pela Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito”; e Tema 3 – “Ações para promover a participação popular em processos de concessão”; e

nº 14.125/2025, dos deputados Leonídio Bouças, Oscar Teixeira, Antonio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Vitório Júnior, em que requerem seja informado à Mesa da Assembleia que o tema “Instituições, direito de propriedade e crescimento econômico” foi escolhido pela comissão para ser submetido a acompanhamento intensivo no Tema em Foco, edição 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, nos termos da Deliberação nº 2.783, de 27/1/2022.

No âmbito do Assembleia Fiscaliza, é alterado para “Instituições, direito de propriedade e crescimento econômico” o tema para monitoramento intensivo pela comissão no Tema em Foco, edição 2025-2026, designado como relator o deputado Leonídio Bouças e aprovado e encaminhado à publicação o plano de trabalho do Tema em Foco, edição 2025-2026. Aprovados os temas a serem enfatizados nas reuniões do 1º ciclo de 2025 do Prestação de Contas do Governo, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2025.

Leonídio Bouças, presidente – Roberto Andrade – Antonio Carlos Arantes.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 15/5/2025

Às 18h15min, comparece à reunião o deputado Adriano Alvarenga, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Celinho Sintrocel. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adriano Alvarenga, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da comissão presente. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater a prestação dos serviços ofertados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – no Município de Santana do Paraíso. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Iramilda Silva Viana Vaz, vereadora da Câmara Municipal de Santana do Paraíso e dos Srs. Marcelo Rosa Ribeiro, vereador da Câmara Municipal de Santana do Paraíso; Alessandro Fábio da Silva, vereador da Câmara Municipal de Santana do Paraíso; Tales Caetano Alves Pereira, vereador da Câmara Municipal de Santana do Paraíso; Arnaldo da Motta, vereador da Câmara Municipal de Santana do Paraíso; Gustavo Silverio Vidal, vereador da Câmara Municipal de Santana do Paraíso; Rodrigo Barbosa dos Santos Marciano, vereador da Câmara Municipal de Santana do Paraíso; Ronilson Cássio da Silva, vereador da Câmara Municipal de Santana do Paraíso; Wander Batista da Silva, vereador da Câmara Municipal de Santana do Paraíso; Thiago Joselito Mendes Dias, gerente operacional da Copasa; Felipe Andrade de Oliveira, procurador-geral do Município de Santana do Paraíso, representando Bruno Campos Morato, prefeito da Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso; Julimar Sabino de Castro, supervisor de Manutenção e Operação da Copasa; e Guilherme Argolo Saliba, engenheiro de Manutenção e Operação da Copasa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2025.

Adriano Alvarenga, presidente – Carol Caram – Charles Santos.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 16/5/2025

Às 10h12min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a necessidade de regularização da situação funcional dos profissionais da educação básica lotados na Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais – Escola de Formação. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença dos seguintes convidados: Sras. Elisângela Rosa dos Santos, professora de geografia, Flávia Aparecida Belizário, professora de sociologia, Maíra Moreira Moraes, professora de ciências e biologia, e Graziela Santos Trindade, diretora da Escola de Formação; e dos Srs. Fernando Lucas Oliveira Figueiredo, professor de história, todos da educação básica da Escola de Formação; e Tarcísio de Castro Monteiro, superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Educação, representando Igor de Alvarenga Oliveira Icassati Rojas, secretário de Estado de Educação. A presidência, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Lohanna – Hely Tarquínio.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 16/5/2025

Às 11h34min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Ricardo Campos, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Leleco Pimentel e Grego da Fundação (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leleco Pimentel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a definir os temas a serem enfatizados nas reuniões do 1º ciclo de 2025 do Prestação de Contas do Governo, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 14.004/2025, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja informado ao Secretário de Estado de Comunicação Social o tema definido pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 30/4/2025, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Situação da execução orçamentária das campanhas institucionais do Estado, notadamente das campanhas relacionadas à política de estímulo à cidadania fiscal no Estado – Nota Fiscal Mineira, prevista na Lei nº 24.756, de 2024”;

nº 14.010/2025, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja informado ao secretário de Estado de Fazenda o tema definido pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 30/4/2025, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Principais entraves para o cumprimento do art. 4º da Lei nº 24.398, de 2023, relativo à autorização de concessão de anistia das dívidas das santas casas e dos hospitais filantrópicos com a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (compensações sociais da Cemig)”;

nº 14.011/2025, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja informado ao secretário de Estado de Governo o tema definido pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 30/4/2025, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Possibilidade de acréscimo da destinação de recursos orçamentários para as emendas resultantes do processo de discussão participativa do PPAG 2024-2027 para os exercícios de 2025 e 2026, haja vista o aumento da receita corrente líquida em 2024”;

nº 14.016/2025, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja informado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão o tema a ser definido pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 30/4/2025, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Situação da execução das emendas resultantes do processo de discussão participativa do PPAG 2024-2027 para o exercício de 2025 (IPU 4)”.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2025.

Ricardo Campos, presidente – Marquinho Lemos – Leleco Pimentel.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 19/5/2025

Às 15h38min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. Registra-se a presença das deputadas Ana Paula Siqueira e Bella Gonçalves. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em

audiência pública, debater os impactos socioambientais do projeto de ampliação da pilha de estéril do Batateiro – Fase 4 – e de abertura da lavra no corpo Esmeril, na Mina Casa de Pedra, da CSN Mineração S.A., em Congonhas, que se encontra em processo de licenciamento ambiental. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Gisele Oliveira Santana, atingida por barragem e moradora de Congonhas; e Aline Soares Marcos, moradora da Comunidade Santa Quitéria, em Congonhas; e dos Srs. Jorge André Claudino, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens e morador de Congonhas; Sandoval de Souza Pinto Filho, diretor de Meio Ambiente e Saúde da União das Associações Comunitárias de Congonhas – Unaccon; Averaldo Pereira da Silva, presidente da Câmara Municipal de Congonhas; Luciano Junqueira de Melo, analista ambiental da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam –, representando a secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Euler de Carvalho Cruz, presidente do Fórum Permanente São Francisco. Na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2025.

Tito Torres, presidente – Ione Pinheiro – Bella Gonçalves – João Magalhães.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 20/5/2025

Às 9h33min, comparece à reunião a deputada Lohanna, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Lohanna, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a relevância das ações culturais realizadas pela Associação Cultural de Educação Social e Artística – Acesa –, pelo Grupo Educação, Ética e Cidadania – GEEC – e pelos Srs. Alisson Alves Resende Sousa, Welber Tonhá e Silva, e Vitor de Oliveira Santos, bem como proceder à entrega de diplomas referentes a votos de congratulações. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença da Sra. Lenir Ferreira de Castro, empreendedora social, cineasta e roteirista e membro da Acesa; e dos Srs. Vitor de Oliveira Santos, estudante, escritor e artista plástico em Divinópolis; Welber Tonhá e Silva, escritor, acadêmico, pesquisador e editor em Divinópolis; Jomar Teodoro Gontijo, presidente do GEEC; e Alisson Alves Resende Sousa, publicitário, especialista em marketing estratégico, cineasta e roteirista em Divinópolis. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Em seguida, procede à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2025.

Professor Cleiton, presidente – Andréia de Jesus – Mauro Tramonte – Oscar Teixeira

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 20/5/2025

Às 9h37min, comparece à reunião o deputado Sargento Rodrigues, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, obter

esclarecimentos sobre denúncias encaminhadas à comissão acerca da suposta ocorrência de abuso de autoridade e assédio moral em desfavor de policiais penais da 8ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP –, em especial os lotados na Penitenciária Francisco Floriano de Paula – PFFP – e no Presídio de Governador Valadares – PRGVR. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* dos Srs. Ricardo Carvalho Drumon, encaminhando denúncia segundo a qual a Polícia Militar estaria rejeitando os seus atestados médicos; Milton Santana Vilas Bôas, encaminhando à comissão projeto de um novo sistema carcerário e de uma cadeia pública municipal em parceria com o Estado; e Alexandre Roberto Ferreira Moreira, encaminhando reclamação contra a Corregedoria da Polícia Civil. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.585/2025, no 1º turno (Bruno Engler), 2.109/2024, em turno único (Eduardo Azevedo) e 3.344/2021, no 2º turno (Sargento Rodrigues). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A presidência retira de pauta o Projeto de Lei nº 3.585/2025, por falta de quorum. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. A presidência retira de pauta os Requerimentos nºs 11.331, 11.341 e 11.373/2025, por falta de quorum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença dos Srs. Leonardo Mattos Alves Badaró, diretor-geral do Departamento Penitenciário de Minas Gerais – Depen-MG; Jean Carlos Otoni Rocha, presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Estado de Minas Gerais – Sindppen; Leonardo Teles Cruz, diretor-executivo do Sindppen; e Jonatas Gonçalves de Assis, policial penal. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e também para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada em 21/5/2025, às 14h15min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente – Antonio Carlos Arantes – Zé Laviola.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 20/5/2025

Às 14h5min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Adalclever Lopes, Rodrigo Lopes, Charles Santos, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento das seguintes correspondências: *e-mails* das Sras. Shaiene Alves Cordeiro e Nayara Aparecida da Silva Oliveira, solicitando a convocação dos excedentes do concurso do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA; e dos Sr. Paulo Henrique Ribeiro da Silva, encaminhando reclamação acerca do serviço prestado pela Copasa; e Alisson Maurílio, encaminhando reclamação sobre a necessidade de recomposição salarial dos servidores do Executivo Estadual. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 417/2023 e 2.339/2024, no 2º turno (deputada Beatriz Cerqueira); 3.087 e 3.144/2024, no 1º turno (deputado Charles Santos); e 978/2023, no 2º turno, e Projeto de Lei nº 3.130/2024 e Projeto de Lei Complementar nº 20/2019, no 1º turno (deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado pela comissão requerimento do deputado Rodrigo Lopes, solicitando que os Projetos de Lei nº 3.105/2021 e 3.106/2024 sejam apreciados em último lugar na ordem do dia. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 417/2023 (relatora deputada Beatriz Cerqueira); 1.153/2023 (relator

deputado Charles Santos); 2.578 e 3.106/2024 (relator Deputado Rodrigo Lopes); e 3.105/2021 (relator deputado Professor Cleiton), todos na forma dos respectivos vencidos em 1º turno; e 978/2023 (relator deputado Sargento Rodrigues); e no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.521/2021 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Beatriz Cerqueira), 3.704/2022 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Defesa do Direito da Mulher (relator: deputado Professor Cleiton, em virtude de redistribuição), 1.250/2023 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (relator: deputado Professor Cleiton), 1.988/2024 na forma do Substitutivo nº 2 (relator deputado Charles Santos, em virtude de redistribuição), e 2.020/2024, com Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Rodrigo Lopes). O Projeto de Lei nº 1.097/2015 é baixado em diligência ao autor, atendendo a requerimento do relator, deputado Rodrigo Lopes. O deputado Professor Cleiton, relator do Projeto de Lei nº 2.405/2024, retira o parecer emitido anteriormente e solicita seja o Projeto baixado em diligência à Secretaria de Estado de Educação e à Prefeitura Municipal de Campestre. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado João Vítor Xavier. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.419/2025, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o resultado consolidado do formulário intitulado “Relatório de Avaliação dos Resultados da Implementação da Política de Teletrabalho”, divulgado pela secretaria de que é titular para os servidores do Poder Executivo, referente ao período de julho de 2023 a junho de 2024;

nº 13.449/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência pública para debater o possível recebimento de gratificação de estímulo à produção individual – Gepi – acima do valor permitido por auditores-fiscais comissionados na Secretaria de Estado de Fazenda – SEF;

nº 13.477/2025, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os atendimentos aos advogados em atuação nos processos administrativos de trânsito nas unidades de atendimento da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito – CET-MG – e na referida secretaria através das unidades de atendimento integrado – UAIs –, esclarecendo-se por que os advogados são impedidos de acessar diretamente os responsáveis pelos setores decisivos, enquanto despachantes e outros profissionais possuem esse acesso; por que advogados podem dialogar diretamente com magistrados, delegados e promotores, mas são impedidos de acessar os gestores da CET-MG e da secretaria; qual o fundamento legal para a restrição de contato com os diretores desses órgãos; qual justificativa legal para a restrição ao atendimento pessoal dos profissionais da advocacia; e se há viabilidade para o restabelecimento do atendimento pessoal aos advogados pelas comissões e seus presidentes, incluindo a Junta Administrativa de Recursos de Infração – Jari –, o Conselho Estadual de Trânsito – Cetran –, a coordenação da CET-MG ou o setor jurídico;

nº 13.478/2025, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao titular da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito – CET-MG – da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de informações sobre o atendimento dos advogados em atuação nos processos administrativos de trânsito nas unidades de atendimento da CET-MG e da Seplag por meio das unidades de atendimento integrado – UAIs –, esclarecendo-se por que os advogados são impedidos de acessar diretamente os responsáveis pelos setores decisivos, enquanto despachantes e outros profissionais têm esse acesso; por que advogados podem dialogar diretamente com magistrados, delegados e promotores, mas são impedidos de acessar os gestores da CET-MG e da Seplag; qual o fundamento legal para a restrição de contato com os diretores desses órgãos e qual justificativa legal fundamenta a restrição ao atendimento pessoal dos profissionais da advocacia; e se há viabilidade para o restabelecimento do atendimento pessoal dos advogados pelas comissões e seus presidentes, incluindo a Junta Administrativa de Recursos de Infração – Jari –, o Conselho Estadual de Trânsito – Cetran –, a coordenação da CET-MG ou o setor jurídico.

nº 13.479/2025, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito – CET-MG –, dessa secretaria, pedido de providências para que seja criado um canal direto para atendimento pessoal aos advogados na CET-MG, sem intermediários, especialmente nas comissões de processo de suspensão e cassação (comissões de defesa prévia, juntas administrativas de recursos de infrações – Jaris –, Conselho Estadual de Trânsito – Cetran), na coordenadoria de infrações e de prontuário de veículos e na assessoria jurídica; para que seja retomado o acesso presencial dos advogados às comissões, às Jaris e ao Cetran, entre outros órgãos; para que seja implementado um sistema de resposta eficaz, com determinação de prazos reduzidos e acompanhamento das solicitações; para que seja implementado atendimento imediato de demandas urgentes e estabelecidos e cumpridos prazos, com a consequente redução dos prazos de espera para serviços essenciais; para que seja implementado um sistema de prioridade para advogados, garantindo-se a eles atendimento diferenciado e eficiente; para que seja criado um grupo de trabalho permanente, composto também por advogados e servidores da CET-MG e da Seplag que atuam diretamente no atendimento ao público e no sistema de gestão, com o objetivo de discutir e viabilizar a retomada do atendimento presencial com reuniões periódicas; para que seja implementado um programa de treinamento contínuo para os atendentes das UAIs, visando aprimorar a qualidade do serviço prestado e garantir que os advogados e cidadãos recebam informações corretas e soluções eficientes; para que seja garantido acesso imediato pelos advogados a documentos essenciais para a defesa dos clientes e para o cidadão; para que seja criado um sistema eletrônico eficiente para solicitação e entrega de documentos aos advogados; para que seja disponibilizado um canal direto para consulta sobre andamento de requerimentos; para que sejam atualizados constantemente os meios de contato e comunicação digital; para que seja emitida certidão de indisponibilidade do sistema quando o *site* não estiver funcionando; para que seja implementado sistema *on-line* para fornecimento imediato dos autos de infração e dos demais documentos dos processos, sem requerimento prévio, e para que seja garantido acesso prioritário para advogados que necessitam desses documentos para defesa; para que seja revogada imediatamente a exigência de reconhecimento de firma para procurações de advogados; e para que seja cumprido integralmente o Estatuto da Advocacia e a Lei da Desburocratização;

nº 13.480/2025, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o canal exclusivo para advogados criado pela Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito – CET-MG –, supostamente destinado a facilitar o atendimento a esses profissionais e garantir a eles acesso a documentos essenciais, especificando-se o que pode ser feito para que o canal não tenha as mesmas funções da ouvidoria, já existente, e se é viável a disponibilização pela CET-MG de um canal operado por profissionais tecnicamente qualificados e com autonomia para resolver as demandas da advocacia;

nº 13.481/2025, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à chefe de trânsito da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito – CET-MG – da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de informações, considerando a criação de um canal da CET-MG exclusivo para uso de advogados, supostamente destinado a facilitar o atendimento e garantir acesso a documentos essenciais, sobre o que pode ser feito para que esse canal não seja simplesmente uma repetição da ouvidoria já existente; e sobre a viabilidade de instituição pela coordenadoria de um canal que disponha de estrutura com profissionais qualificados tecnicamente e com autonomia para resolver as demandas da advocacia;

nº 13.494/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Fundação João Pinheiro – FJP – pedido de providências para a interrupção urgente do desconto identificado por "Ajus.Grat. Lei 20.748" nos contracheques dos pesquisadores da extinta fundação Cetec, atualmente pesquisadores em ciências aplicadas e políticas públicas, conforme art. 26 da Lei nº 23.178, de 2018, pois, conforme a Nota Técnica Seplag/DCCCR nº 5/2022, a norma já produziu todos os seus efeitos em 2013 e 2014 e não poderá ser novamente aplicada, uma vez que o dispositivo especifica quais reajustes foram alcançados pela dedução da Gratificação de Incentivo à Pesquisa e à Docência – Giped;

nº 13.546/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional – SCPMSO – pedido de providências para a realização de contratação emergencial e de concurso público para o cargo de médico perito, haja vista a existência de cargos vagos, a fim de suprir, especialmente, a ausência desse profissional na unidade pericial do Município de Poços de Caldas;

nº 13.598/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à diretora-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – e ao procurador-geral de justiça pedido de informações a respeito do processo do processo licitatório em curso, referente ao edital 2/2024, que resultou na classificação da Massauhd Construtora Ltda. para a concessão de uso e gestão do Parque das Águas de Caxambu, especificando-se a justificativa para a licitação do objeto em lote único, incluindo atividades de naturezas distintas, como obras de engenharia, restauro de patrimônio histórico e administração de empreendimentos turísticos; a justificativa para a escolha da forma presencial, em detrimento da forma preferencial eletrônica; o nome das três empresas que haviam manifestado interesse na administração do Parque de Caxambu, conforme declaração da Codemge em matéria jornalística publicada em 19/7/2024; a justificativa para prosseguimento do processo licitatório com a apresentação de proposta de um único licitante; e se a empresa classificada comprovou experiência em restauração de bens tombados e na gestão de espaços públicos e turísticos, como parques termais ou estâncias hidrominerais, com o encaminhamento de cópias dos documentos de habilitação apresentados e as devidas comprovações de qualificação técnica e financeira;

nº 13.599/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à diretora-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – e ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre a constituição e a capacitação técnica e financeira da empresa de engenharia Massauhd Construtora Ltda., única licitante e classificada no processo licitatório que tem como objeto a concessão de uso e gestão do Parque das Águas de Caxambu, conforme edital publicado pela Codemge, especificando-se o capital social atual da empresa vencedora e sua evolução desde a constituição em 2020; se houve análise da saúde financeira e da capacidade de investimento da empresa, especialmente por tratar-se de uma empresa individual com capital inicial declarado de R\$250.000,00; e se foi exigida ou apresentada alguma garantia de execução ou de *performance* da empresa;

nº 13.600/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à diretora-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – e ao procurador-geral de justiça do Estado pedido de informações sobre as ações de divulgação do edital de licitação cujo objeto é a concessão para uso e gestão do Parque das Águas de Caxambu e que resultou na escolha da empresa de engenharia Massahud Construtora Ltda, indicando-se, em especial, as razões da ausência no edital das necessárias justificativas para o não fracionamento do objeto e da escolha da forma presencial, o que contribui para reduzir a concorrência e a pluralidade de participantes; as justificativas apresentadas para o fato de apenas uma empresa ter comparecido à sessão pública, quando ao menos três já haviam manifestado interesse na administração do referido parque; e a justificativa para o prosseguimento do processo licitatório em condições de ausência de concorrência;

nº 13.601/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à diretora-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – e ao procurador-geral de justiça do Estado pedido de informações sobre o modelo de negócio e o aporte de recursos públicos previstos no processo licitatório que resultou na concessão de uso e gestão do Parque das Águas de Caxambu, no qual foi classificada a empresa de engenharia Massahud Construtora Ltda., indicando-se, em especial, quais foram o modelo de negócio adotado e o aporte de recursos públicos à empresa vencedora; quais são as bases que definiram o aporte de R\$20.000.000,00 da Codemge à empresa selecionada; quais são as garantias de retorno social, patrimonial e financeiro para o Estado, tendo em vista que a outorga fixa prevista é de apenas R\$115.000,00 anuais; e se a empresa poderá reinvestir a totalidade dos valores da outorga variável no próprio negócio, exaurindo qualquer participação pública nos resultados, e se esse modelo está em consonância com os princípios da razoabilidade, da vantajosidade e do interesse público;

nº 13.602/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à diretora-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – e ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre as medidas adotadas pela companhia para sanar os vícios e as irregularidades no recente processo licitatório para a gestão do Parque das Águas de Caxambu, tendo em vista a suspensão de edital que tratava do mesmo objeto, ocorrida em 2023, por meio de ação civil pública movida pelo Ministério Público de Minas Gerais – MPMG;

nº 13.620/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM – e ao diretor da Fundação Guimarães Rosa – FGR – pedido de informações sobre o processo de transição do contrato de prestação de serviços com a FGR, haja vista que essa empresa foi novamente vencedora do Pregão Eletrônico nº 6/2024-GAS/IPSM, apresentando-se esclarecimentos sobre a possibilidade de um aditivo para prorrogação da antiga licitação e, caso exista essa possibilidade, sobre o prazo desse aditivo e os novos valores acordados no contrato de licitação, incluindo salários, vale-alimentação e outros benefícios que serão concedidos de modo a evitar perdas para os funcionários; sobre o reajuste salarial previsto no acordo coletivo firmado entre os trabalhadores e a FGR, que deveria ter sido realizado a partir de março de 2024, com pagamentos programados para dezembro de 2024 e janeiro e fevereiro de 2025, mas que ainda não foi efetivado; e sobre as razões do não cumprimento do referido acordo e as medidas adotadas para garantir a regularização dos pagamentos devidos aos funcionários;

nº 13.624/2025, das deputadas Beatriz Cerqueira, Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Bella Gonçalves, Leninha e Lohanna e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Professor Cleiton, Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública para a qual seja convidado o Sr. Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes, secretário de Estado de Fazenda, a fim de debater os impactos do Decreto nº 49.025, de 19 de abril de 2025, que dispõe sobre o contingenciamento de despesas no âmbito do Poder Executivo, nos serviços públicos, nos convênios com municípios e na vida funcional dos servidores do Estado;

nº 13.917/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e a Governadoria do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja realizada a convocação para o curso de Formação Técnico-Profissional e posterior nomeação dos aprovados para os cargos da carreira de Agente de Segurança Penitenciário/Policial Penal no concurso do Edital Sejusp 002/2021, tendo em vista o grande déficit de servidores efetivos da Polícia Penal de Minas Gerais e diante da publicação da Resolução Sejusp nº 469, de 16 de Abril de 2025, que instituiu Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado;

nº 14.086/2025, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado à Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito – CET-MG – da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que inclua os policiais civis aposentados no art. 7º da Portaria CET nº 645, de 9/5/2025, como os candidatos para a realização do Programa de Formação e Desenvolvimento de Examinadores de Trânsito do Estado de Minas Gerais;

nº 14.137/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para regulamentarem, com urgência, o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 24.995, de 26 de setembro de 2024;

nº 14.138/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam encaminhados ao governador do Estado pedido de providências para a adoção, com urgência, de medidas que garantam atendimento digno aos pacientes do Hospital João XXIII, entre elas, a contratação de profissionais médicos e enfermeiros; a disponibilização de novos leitos, além da aquisição de bens e serviços essenciais, uma vez que, conforme denúncias divulgadas pela Itatiaia, as pessoas estão sendo atendidas nos corredores desse hospital devido à superlotação dessa unidade, embora o governador do Estado tenha anunciado que fechou o ano fiscal de 2024 com um superávit de R\$5.179.000.000,00; e pedido de informações sobre a situação de superlotação do referido hospital;

nº 14.148/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos das novas alíquotas para o financiamento da assistência em saúde prestada pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, as especialidades médicas em que é ofertado atendimento e a viabilidade, para o servidor do Estado, de continuar contribuindo com o instituto;

nº 14.202/2025, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências acerca da situação dos titulares dos cartórios extrajudiciais que não exercem a respectiva função, em razão de afastamento de saúde, por exemplo, cujos substitutos, que deveriam atuar temporariamente, ocupam a titularidade além do tempo devido; e

nº 14.204/2025, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos titulares dos cartórios extrajudiciais que não exercem a respectiva função em razão de afastamentos, como de saúde, e cujos substitutos, que deveriam atuar temporariamente, ocupam a titularidade além do tempo devido.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Câmara Municipal de Belo Horizonte para acompanhar a audiência pública da Comissão de Mobilidade Urbana, Indústria, Comércio e Serviços, que tem por objetivo discutir amplamente a instalação de seis pórticos de cobrança de pedágio entre Belo Horizonte e o Aeroporto de Confins, realizada em 20/03/2025.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/5/2025

Às 9h5min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Lohanna e os deputados Hely Tarquínio, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Leleco Pimentel. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Secretaria de Estado de Educação (um ofício em 24/4/2025, um ofício em 9/5/2025 e um ofício em 16/5/2025); da Universidade do Estado de Minas Gerais (um ofício em 1º/5/2025); e da Universidade Estadual de Montes Claros – *campus* Universitário Prof. Darcy Ribeiro (um ofício em 9/5/2025). A presidenta acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como reladoras as deputadas mencionadas entre parênteses: Projetos de Lei nºs 456/2019, 526/2023 e 2.015/2024, todos no 2º turno (deputada Beatriz Cerqueira); e Projetos de Lei nºs 1.445/2023, no 2º turno, e 3.567/2025, no 1º turno (deputada Ione Pinheiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 456/2019 e 2.015/2024, ambos na forma do vencido em 1º turno (relatora: deputada Beatriz Cerqueira). O Projeto de Lei nº 1.445/2023, no 2º turno, é retirado da pauta por determinação da presidenta da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 11.355/2025. Registra-se a saída da deputada Lohanna, passando, assim, o deputado Leleco Pimentel a substituir o deputado Luizinho, por indicação do Bloco Democracia e Luta. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 14.053/2025, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulado voto de congratulações com o *campus* Araçuaí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG – pelo aniversário de 15 anos de sua instalação no município;

nº 14.113/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater a suspensão, por pressão de alguns vereadores da Câmara Municipal de Betim, do uso do material didático do projeto Caminhos para a Igualdade, que teve um custo de cerca de R\$10.000.000,00 e foi destinado ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas municipais de Betim, conforme previsto nas Leis Federais nºs 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008;

nº 14.157/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o adiamento da transformação do curso de ensino médio em tempo integral para ensino médio profissional destinado às turmas do 1º ano do ensino médio em tempo integral da Escola Estadual Mariana de Paiva, situada em Guidoal, prevista para maio de 2025, e para a imediata construção dos laboratórios e das salas imprescindíveis ao bom funcionamento dos cursos técnicos em agronegócios e informática;

nº 14.158/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam autorizadas, na Escola Estadual Dona Argentina Vianna Castelo Branco, em Belo Horizonte, a abertura de turmas para os anos iniciais e finais do ensino fundamental regular da educação especial e o retorno das matrículas para o 6º ano do ensino fundamental na modalidade educação de jovens e adultos – EJA –, a partir do ano de 2026, tendo em vista a grande procura de vagas pela comunidade escolar e a tradição da escola na educação especial;

nº 14.212/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, para a comunidade escolar do Município de Alvarenga;

nº 14.214/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja alterada, de imediato, a forma de cômputo da jornada de trabalho, de hora-relógio para hora-aula, dos profissionais do magistério da educação básica lotados na Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores, uma vez que tais profissionais ocupam cargos do magistério nos termos do art. 7º da Lei nº 7.109, de 1977, e a Escola de Formação é classificada como unidade escolar, conforme determinado pelo § 1º do art. 27 da Lei nº 24.313, de 2023;

nº 14.218/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do projeto Mãos Dadas para a comunidade escolar do Município de Matozinhos;

nº 14.219/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, para a comunidade escolar do Município de Pedro Leopoldo;

nº 14.224/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do projeto Mãos Dadas para a comunidade escolar do Município de Viçosa;

nº 14.225/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do projeto Mãos Dadas para a comunidade escolar do Município de Capitólio;

nº 14.226/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, para a comunidade escolar do Município de Alfenas;

nº 14.228/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convidado o secretário de Estado de Educação, para cobrar as providências tomadas para a regularização como magistério da carreira dos profissionais lotados na Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, em resposta ao pedido encaminhado em 27/1/2025 pela comissão desses profissionais;

nº 14.229/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Ouvidoria-Geral do Estado, à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e ao Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais – MPT-MG –, em Belo Horizonte, pedido de providências para que seja apurado, com fulcro no inciso III do art. 9º do Decreto Estadual nº 47.528, de 2018, possível prática de assédio moral no âmbito da SEE, conforme fatos denunciados publicamente pelos profissionais da educação lotados na Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, durante a audiência pública realizada na 15ª Reunião Extraordinária desta comissão, em 16/5/2025, que debateu a necessidade de regularização da situação funcional dos profissionais da educação básica lotados na referida escola; e sejam enviadas as notas taquigráficas da reunião aos referidos órgãos;

nº 14.230/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Promoção dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – CAOIPCD – pedido de providências para que sejam tomadas as medidas necessárias para a garantia dos direitos dos alunos com deficiência matriculados na rede estadual de ensino no Município de Raul Soares, tendo em vista as gravíssimas denúncias apresentadas pela comunidade escolar e mães atípicas durante a audiência pública realizada na 13ª Reunião Extraordinária desta comissão, em 12/5/2025, que teve por finalidade debater os impactos do projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, para a comunidade escolar do Município de Raul Soares; e sejam enviadas as notas taquigráficas da referida reunião ao CAOIPCD;

nº 14.231/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Manhuaçu e à Secretaria Municipal de Educação de Manhuaçu pedido de informações sobre o cumprimento das exigências previstas na Lei Municipal nº 4.151, de 9 de setembro de 2021, para a aprovação do Projeto de Lei Municipal nº 31/2025, consubstanciadas nos documentos que comprovem o atendimento dessas exigências, quais sejam, a realização de consulta prévia junto à comunidade escolar local; a comprovação da capacidade financeira e de geração de receita do município para a absorção das novas matrículas, a demonstração do cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação relativas à oferta de educação infantil e a comprovação de que possui infraestrutura própria e adequada para atender as exigências da oferta de ensino nos anos iniciais ou nos anos finais do ensino fundamental a ser assumida; e a previsão do impacto financeiro da municipalização das escolas, do número de servidores a serem absorvidos pelo município – com especificação do cargo e dos vencimentos ou remuneração de cada um –, do impacto financeiro quanto ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS –, do número de vagas ofertadas aos estudantes e do total de demissões de servidores – com especificação do cargo e dos vencimentos ou remuneração de cada um;

nº 14.232/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais – Sedese – para discutir ações do Poder Executivo Estadual visando ao fortalecimento estratégico do CT-Vacinas e sua importância para a ciência, a saúde pública, a tecnologia e a inovação no Estado e no País;

nº 14.233/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Pedro Evangelista Diniz pelos 100 anos de sua fundação, ocorrida em 21/5/1925;

nº 14.237/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para debater a crescente violência no ambiente escolar, especialmente os recentes casos de agressão a professoras e alunos ocorridos em Belo Horizonte e Divinópolis;

nº 14.240/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Araxá pedido de providências para que sejam regularizados os repasses financeiros destinados à Associação dos Estudantes de Araxá, de forma a garantir a manutenção do transporte de estudantes entre os Municípios de Araxá e Uberaba;

nº 14.241/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a importância e o aprimoramento da matéria do Projeto de Lei nº 2.431/2024, que trata da política de capacitação de professores de apoio para alunos com transtorno do espectro autista – TEA – e outras doenças raras no Estado;

nº 14.242/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação funcional dos servidores detentores de cargos efetivos na Secretaria de Estado de Educação – SEE – que não tiveram a cessão deferida e publicada para exercer cargos em comissão ou função pública no Município de Belo Horizonte, no período de 1º/1 a 31/12/2025;

nº 14.243/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que os servidores aprovados no Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa – PDPI –, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes –, em parceria com a Fulbright Brasil, sejam liberados para participação no referido programa, que ocorrerá entre 23/7 e 8/8/2025, nos Estados Unidos, com base no afastamento para eventos de curta duração regulamentado pelo inciso V do art. 2º do Decreto nº 48.176/2021 e pelo art. 8º da Resolução Seplag nº 43/2021;

nº 14.244/2025, do deputado Leleco Pimentel, da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Hely Tarquínio e da deputada Lohanna, em que requerem seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Pedro Evangelista Diniz, localizada no Município de Ibitiré, pelos 100 anos de serviços educacionais prestados à comunidade escolar.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/5/2025

Às 10h11min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Zé Laviola e Antonio Carlos Arantes (substituindo o deputado Eduardo Azevedo, por indicação da liderança do PL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, registra-se a saída dos deputados Zé Laviola e Antonio Carlos Arantes e a presença dos deputados Bruno Engler e Caporezzo, membros da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a presença do deputado Delegado Christiano Xavier. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 2, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.585/2025 (relator: deputado Bruno Engler). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.331, 11.341 e 11.373/2025. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.888/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 14.135/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre as ações ostensivas planejadas para o Estado em 2025, incluindo as estratégias de reforço de efetivo, os programas de policiamento comunitário e o balanço das operações realizadas nos primeiros meses deste ano;

nº 14.139/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convocado o titular da Diretoria Odontológica do Hospital da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, para debater a legalidade do

ato administrativo por ele subscrito, emitido em resposta ao pedido de afastamento de trabalho em locais insalubres apresentado pela Sra. Isabella Gaudêncio Mendes Nunes (Masp nº 1.359.108-6), com a concessão de intervalos de 30 minutos a cada 3 horas, para amamentação, nos termos da Lei nº 24.995, de 2024;

nº 14.140/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações consubstanciadas em cópia das escalas de serviço, diurno e noturno, com o quantitativo de policiais militares empenhados por turno e setores da 79ª Companhia de Polícia Militar, em Guaxupé, de janeiro a maio de 2025;

nº 14.141/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações consubstanciadas em relatório das ações efetivamente realizadas na 79ª Companhia de Polícia Militar do 43º Batalhão de Polícia Militar, com vistas a promover maior segurança aos policiais militares lotados em Guaxupé;

nº 14.235/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja viabilizado o aumento do efetivo policial no Município de Água Comprida, com a designação de pelo menos mais dois policiais militares para atuação permanente na localidade;

nº 14.256/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o quantitativo de policiais penais afastados por licença médica;

nº 14.257/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais – Depen-MG – pedido de providências para reverem o efetivo de policias penais por turno de trabalho na Penitenciária Francisco Floriano de Paula e no Presídio de Governador Valadares, tendo em vista que o efetivo informado em audiência pública realizada na 15ª Reunião Extraordinária da comissão, em 20/5/2025, é insuficiente para garantir a supremacia de força e a segurança dos policiais em todas as suas atividades, especialmente em casos de remanejamento de presos e escoltas;

nº 14.258/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais – Depen-MG – pedido de providências para exoneração dos Srs. Danilo Marcos de Almeida da Silva Gomes, diretor da 8ª Região Integrada de Segurança Pública – Risp –, e Sidney Cláudio dos Santos, diretor da Penitenciária Francisco Floriano de Paula – PFFP –, tendo em vista as graves denúncias apresentadas em audiência pública, na 15ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 20/5/2025, que teve a finalidade de obter esclarecimentos sobre denúncias encaminhadas à comissão acerca da suposta ocorrência de abuso de autoridade e assédio moral contra policiais penais da 8ª Risp, em especial os lotados na PFFP e no Presídio de Governador Valadares – PRGVR;

nº 14.259/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais – Depen-MG – pedido de providências para apuração da denúncia de assédio moral registrada por Marcelo Ferreira Crispim na Ouvidoria-Geral do Estado, em 20/2/2025, sob o Protocolo nº 2002202555631, na qual conta que, por meio de comunicação agressiva, foi exposto a situação humilhante por seus superiores, com ofensa à dignidade pessoal e profissional, o que comprometeu, assim, sua atuação profissional e o levou à exclusão e ao isolamento;

nº 14.260/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais – Depen-MG – pedido de providências para que sejam apuradas as denúncias de assédio moral, aportadas em audiência pública realizada pela comissão, em 20/5/2025, a policiais penais da 8ª Região Integrada de Segurança Pública – Risp –, em especial os lotados na Penitenciária Francisco Floriano de Paula – PFFP – e no Presídio de Governador Valadares – PRGVR; e para que os resultados da apuração sejam encaminhados a esta Casa;

nº 14.261/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja ofertado curso de gestão de recursos humanos para quem exerce ou vai exercer cargos de direção em todos os quadros de gerenciamento do sistema prisional e socioeducativo, tendo em vista inúmeras denúncias de assédio moral apresentadas em diversas audiências públicas realizadas pela comissão, fundamentadas em condutas arbitrárias como remoção sem fundamento, manipulação de escalas, revogação de férias, ações de intimidação e solicitação de emissão de notas negativas ou positivas na avaliação de desempenho para servidores, conforme interesse de diretor;

nº 14.297/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à chefia do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações substanciadas em relatório contendo as ações efetivamente realizadas para reforçar a segurança dos policiais militares em serviço na sede da 79ª Companhia de Polícia Militar do 43º Batalhão de Polícia Militar, em Guaxupé, após os ataques de pelo menos trinta criminosos do Novo Cangacho, na madrugada de 8/4/2025.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião extraordinária do dia 21/5/2025, às 14h15min, e convoca reunião extraordinária para o dia 21/5/2025, às 14h35min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente – Bruno Engler – Caporezzo.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/5/2025

Às 13h44min, comparecem à reunião a deputada Carol Caram e os deputados Adriano Alvarenga e Charles Santos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adriano Alvarenga, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.579/2025, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Eduardo Azevedo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.642/2024 na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Carol Caram). Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte, que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.934/2025, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Carlos Henrique, em que requerem seja realizada audiência de convidados para debater o rombo financeiro do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – causado pelas fraudes, suas consequências e possíveis soluções, com ênfase no papel dos empréstimos consignados e no prejuízo causado para os aposentados mineiros;

nº 13.938/2025, da deputada Carol Caram, em que requer seja encaminhado à defensora pública-geral do Estado pedido de informações sobre o número de atendimentos realizados desde 2019 relacionados ao superendividamento de consumidores e de ações judiciais ajuizadas no mesmo período com base na Lei nº 14.181, de 2021, bem como sobre atendimentos e ações judiciais referentes a descontos indevidos em benefícios do INSS, especialmente de aposentados e pensionistas, desde 2019;

nº 13.939/2025, da deputada Carol Caram, em que requer seja encaminhado ao superintendente regional sudeste II do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS –, em Belo Horizonte, pedido de informações quanto a possíveis vazamentos de dados pessoais de aposentados e pensionistas vinculados a essa regional;

nº 13.940/2025, da deputada Carol Caram, em que requer seja encaminhado ao coordenador do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon-MG – pedido de informações sobre o número de reclamações relacionadas a empréstimos consignados não autorizados, o perfil das queixas e as medidas adotadas pelo órgão;

nº 14.061/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel – pedido de providências para que adote, com urgência, medidas fiscalizatórias e corretivas quanto à interrupção do serviço de telefonia móvel da operadora Vivo no Município de Santana dos Montes, o que gera prejuízos à população e à economia local;

nº 14.062/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à empresa Vivo pedido de providências para que restabeleça, com urgência, o sinal de telefonia móvel no Município de Santana dos Montes, tendo em vista relatos de moradores e comerciantes do município sobre a total ausência de sinal da operadora, impossibilitando a comunicação móvel na região e gerando grandes prejuízos à população local;

nº 14.247/2025, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Seccional de Minas Gerais –, em Belo Horizonte, pedido de informações sobre as políticas públicas em desenvolvimento ou planejamento voltadas à melhoria do atendimento aos consumidores no setor de bares e restaurantes, especialmente no que se refere à construção de parcerias com o Poder Legislativo Estadual para a efetivação de propostas e medidas que visem à criação de um ambiente de consumo mais favorável aos empresários do setor e a sua relação, como consumidores de produtos, serviços e insumos, com seus próprios consumidores finais;

nº 14.248/2025, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao coordenador jurídico do Procon Assembleia pedido de informações detalhadas e estatísticas atualizadas sobre demandas de consumo registradas por pessoas diagnosticadas com transtornos psíquicos, como depressão, ansiedade, e transtornos do espectro autista – TEA –, contemplando, sempre que possível, o tipo de fornecedor envolvido, a natureza da reclamação, os setores mais recorrentes e a forma de resolução adotada, de modo a permitir uma análise abrangente do tratamento dado a esses consumidores em situação de vulnerabilidade; e

nº 14.249/2025, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de informações sobre o índice de ações judiciais promovidas por consumidores contra operadoras de planos de saúde no estado, com dados detalhados por comarca, natureza das demandas, pedidos mais recorrentes, frequência de concessão de medidas liminares e decisões de mérito, bem como quaisquer informações estatísticas que contribuam para o entendimento da magnitude e dos padrões desses litígios e que possam subsidiar eventuais deliberações internas e encaminhamentos do tribunal para formulação de políticas públicas voltadas ao amparo dos consumidores que, diante de negativas de cobertura e outros obstáculos contratuais, têm recorrido à via judicial para assegurar o direito à saúde.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2025.

Adriano Alvarenga, presidente – Rafael Martins.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/5/2025

Às 14h12min, comparecem à reunião a deputada Andréia de Jesus e os deputados Professor Cleiton, Mauro Tramonte e Oscar Teixeira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria

constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.264/2024, no 2º turno, e 3.504/2025, no 1º turno (Andréia de Jesus), 2.627/2024, 3.463 e 3.587/2025, no 1º turno (Lohanna), 3.862/2022, no 2º turno, e 3.528/2025, no 1º turno (Mauro Tramonte), 2.681/2021, 905/2023 e 2.891, no 2º turno, 2.235/2024 e 3.575/2025, no 1º turno (Professor Cleiton). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação na forma do vencido no 1º turno do Projeto de Lei nº 2.718/2024 e pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno do Projeto de Lei nº 2.681/2021 (relator: deputado Professor Cleiton), ambos no 1º turno; pela aprovação na forma do Substitutivo nº 2 dos Projetos de Lei nºs 1.509/2020 e 2.904/2024 (relatora: deputada Andréia de Jesus) e 2.651/2024 (relator: deputado Oscar Teixeira); pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.560/2025 (relator: deputado Mauro Tramonte); pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 3.615/2025 (relator: deputado Mauro Tramonte), todos no 1º turno. Os Projetos de Lei nºs 2.261/2024, 3.463/2025 e 3.465/2025 são retirados de pauta pelo presidente por não cumprirem pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.170, 11.225, 11.226, 11.381 e 11.415/2025. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.450/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 14.094/2025, da deputada Lohanna, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações formulados em atenção ao Requerimento em Comissão nº 13.862/2025. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2025.

Andréia de Jesus, presidenta

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/5/2025

Às 14h41min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e Caporezzo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.585/2025 é retirado de pauta por determinação do presidente da comissão por ter sido apreciado em reunião anterior. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 249/2023, na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os Requerimentos nºs 11.331, 11.341 e 11.373/2025 são retirados de pauta por determinação do presidente da comissão por terem sido apreciados em reunião anterior. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 22/5/2025, às 16 horas, com a finalidade de debater o papel do cidadão e das instituições na promoção da segurança pública, da liberdade individual e da responsabilidade no Brasil, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2025.

Bruno Engler, presidente – Caporezzo.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/5/2025

Às 15h55min, comparecem à reunião as deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira e o deputado Leleco Pimentel. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Os trabalhos são suspensos. Às 16h36min são reabertos os trabalhos com a presença das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira e os deputados Leleco Pimentel, Caporezzo e Sargento Rodrigues (substituindo a deputada Amanda Teixeira Dias, por indicação da liderança do PL), membros da supracitada comissão. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater condutas que ferem direitos humanos praticadas por policiais militares contra Antônio Marcos Bezerra das Neves e Maria Aparecida Lopes Moura, moradores de Uberaba. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência registra a presença dos Srs. Fernando Gonzaga Jaime, vice-presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais; Cel. PM Rodrigo Wolf Luz, comandante da 5ª Região de Polícia Militar, de Uberaba, representando o Cel. PM Carlos Frederico Otoni Garcia, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; Cezar Felipe Colombari da Silva, chefe do 5º Departamento de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, de Uberaba, e Jairo dos Santos Pereira, militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST. A presidenta, deputada Bella Gonçalves, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2025.

Bella Gonçalves, presidente.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 19 horas do dia 26 de maio de 2025, destinada a homenagear o escritor Fernando Sabino pelo conjunto da sua obra e pela sua importância para a literatura e a cultura nacionais ao divulgar Minas além dos Gerais.

Palácio da Inconfidência, 23 de maio de 2025.

Tadeu Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Amanda Teixeira Dias e os deputados Betão e Caporezzo, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 26/5/2025, às 10 horas e às 10h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2025.

Bella Gonçalves, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Clara Marra e os deputados Zé Laviola, Bruno Engler, Doutor Jean Freire, Lucas Lasmar e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/5/2025, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 69/2025 e dos Projetos de Lei nºs 3.731 a 3.735/2025, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2025.

Doorgal Andrada, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Luizinho, Hely Tarquínio e Lincoln Drumond, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/5/2025, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os impactos do projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, na comunidade escolar do Município de Diamantina.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Amanda Teixeira Dias e os deputados Betão e Caporezzo, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 26/5/2025, às 14h30min, em Brumadinho, ao Quilombo Família Sanhudo, com a finalidade de averiguar as violações de direitos humanos da população residente no Quilombo Família Sanhudo e avaliar formas de efetivar direitos socioambientais e condições de vida digna de seus moradores.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2025.

Bella Gonçalves, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.021/2024

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do deputado Gil Pereira, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação ao viaduto localizado no Km 614 da BR-135, no Município de Curvelo.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Em exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em tela tem por finalidade dar a denominação de Antônio Ernesto Werna de Salvo ao viaduto localizado no Km 614 da BR-135, no Município de Curvelo.

Antes de emitir seu parecer, a Comissão de Constituição e Justiça solicitou que a proposição fosse baixada em diligência à Secretaria de Estado de Governo, para sua manifestação. Em resposta, a secretaria enviou a Nota Técnica nº 252/2024, do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, por meio do qual se posicionou favoravelmente à pretensão da proposição em análise, uma vez que o próprio público que se pretende nomear não possui denominação oficial. De posse dessa manifestação e expondo os argumentos a ela concernentes, a referida comissão concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

No que compete a esta comissão analisar, consideramos justa e meritória a homenagem a Antônio Ernesto Werna de Salvo, falecido em 29/4/2007. Conforme informado pelo autor, o homenageado nasceu na cidade de Curvelo, era engenheiro-agrônomo e se destacou pelas suas contribuições ao agronegócio, tendo exercido os cargos de presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA – e presidente do Conselho Administrativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.021/2024, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2025.

Thiago Cota, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.187/2024

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do deputado Tadeu Leite, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação ao trecho da Rodovia MG-129 compreendido entre os Municípios de São Gonçalo do Rio Abaixo e Santa Bárbara.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Em exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em análise tem por finalidade dar a denominação de Miguel Arcanjo da Silva Lopes ao trecho da Rodovia MG-129 compreendido entre os Municípios de São Gonçalo do Rio Abaixo e Santa Bárbara.

Antes de emitir seu parecer, a Comissão de Constituição e Justiça solicitou que a proposição fosse baixada em diligência à Secretaria de Estado de Governo, para que opinasse sobre a questão. Em resposta, a secretaria enviou o Ofício nº 699/2025, do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG –, por meio do qual o órgão se manifestou favoravelmente à

pretensão da proposição em estudo, uma vez que o próprio público que se pretende nomear não possui denominação oficial e não existem outros equipamentos públicos rodoviários nos referidos municípios com a denominação proposta para o trecho em questão. De posse dessas informações e expondo os argumentos a ela concernentes, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

No que compete a esta comissão analisar, consideramos justa e meritória a homenagem a Miguel Arcanjo da Silva Lopes, falecido em 6/7/1972, que, de acordo com o autor da proposição, nasceu e passou grande parte da sua vida às margens da atual MG-129, desenvolvendo diversas atividades econômicas em sua fazenda. Foi um grande empreendedor e visionário, abriu negócios e gerou empregos, com destaque para a Empresa Lopes, de transporte rodoviário de passageiros, que está em funcionamento até os dias atuais.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.187/2024, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2025.

Thiago Cota, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.256/2025

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do deputado João Vítor Xavier, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação ao viaduto localizado no Km 132,8 da Rodovia MG-050, no Município de Divinópolis.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Em exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em tela tem por finalidade dar a denominação de Fabrício Torres Sampaio ao viaduto localizado no Km 132,8 da Rodovia MG-050, no Município de Divinópolis.

Antes de emitir seu parecer, a Comissão de Constituição e Justiça solicitou que a proposição fosse baixada em diligência à Secretaria de Estado de Governo, para sua manifestação. Em resposta, a secretaria enviou a Nota Técnica nº 12/2025, do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, por meio do qual se posicionou favoravelmente à pretensão da proposição em análise, uma vez que o próprio público que se pretende nomear não possui denominação oficial. De posse dessa manifestação e expondo os argumentos a ela concernentes, a referida comissão concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

No que compete a esta comissão analisar, consideramos justa e meritória a homenagem a Fabrício Torres Sampaio, falecido em 12/2/2021. Conforme informado pelo autor, o homenageado foi servidor de carreira do DER-MG, chefe dos Escritórios Especiais de Obras de Teófilo Otoni e Belo Horizonte. Nessa época, coordenou a construção de obras rodoviárias importantes para o desenvolvimento metropolitano, como é o caso das Vias Expressas de Belo Horizonte Leste-Oeste e Norte. Após mais de 30 anos de

carreira, em 2019, Fabrício foi convidado para exercer o cargo de diretor-geral do DER-MG. No período em que esteve à frente da autarquia, o homenageado participou também do processo de elaboração do projeto de duplicação do anel rodoviário de Divinópolis.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.256/2025, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2025.

Thiago Cota, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/5/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 22/5/2025, que nomeou João Batista do Nascimento, padrão VL-28, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tito Torres;

exonerando José Souza Lima, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

exonerando Rogério de Macedo Leite, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Carol Caram;

nomeando Leonardo Reis Amorim, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.;

nomeando Sergio Antônio Araujo Guimarães, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Tiago Araújo Penna Leite Gomes, padrão VL-31, 6 horas, com exercício na Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 60/2025

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 10/6/2025, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa de engenharia especializada na prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2025.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 82/2025

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 11/6/2025, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico a transmissores de TV.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2025.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 65/2025

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 12/6/2025, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de sociedade empresária para prestação de serviços de limpeza e conservação.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2025.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 48/2025

Número no Siad: 9388215-2

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Floripa Tecnologia Indústria e Comércio Ltda. Objeto: prestação de serviços de suporte técnico, remoto ou presencial, de caráter intelectual (conhecimento), tecnológico (manutenção corretiva e preventiva) e material (substituição de peças, componentes e *softwares*) no Sistema Integrado de Edição/Exibição/Ingest de áudio e vídeo da marca Floripa Tecnologia Indústria e Comércio Ltda., instalado na TV Assembleia. Objeto do aditamento: segunda prorrogação contratual, com reajuste de preço. Vigência: 12 meses, de 27/7/2025 a 26/7/2026, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 52/2025

Número no Siad: 9414329-5

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Conservadora Campos e Serviços Gerais Ltda. Objeto: prestação de serviços de condução de veículos automotores e de mecânica automotiva, com dedicação exclusiva de mão de obra. Objeto do aditamento: primeira prorrogação. Vigência: de 2/5/2025 a 28/10/2025, inclusive, ou até que se inicie a vigência do contrato resultante do pregão eletrônico correspondente ao Processo nº 1011014 024/2025 no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 53/2025

Número no Siad: 9446080-1

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Kedma Isabel de Assis. Objeto: aquisição de equipamentos e materiais para áudio e vídeo. Objeto do aditamento: ampliação quantitativa do objeto em 1,42%. Vigência: a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.4490.10.1.



ERRATAS

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 19/3/2025**

Fica sem efeito a errata relativa à matéria em epígrafe, publicada na edição de 15/5/2025, na pág. 170.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 22/5/2025, na pág. 134, onde se lê:

“nomeando Wellington Venâncio da Silva”, leia-se:

“nomeando Welington Venâncio da Silva”.